1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojas Renner S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima com sede na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão": LREN3).

A Lojas Renner S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado"), têm como principais negócios:

- a) Comércio varejista de artigos de vestuário e esportes, calçados, acessórios e perfumaria;
- b) Comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração;
- c) Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às Companhias de crédito, tais como cartão bandeira, dentre outros.

2 EMPRESAS CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas:

			Participação d	lireta e indireta
Controladas diretas e indiretas	Pais	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS")	China	RMB	100,0%	100,0%
Lojas Renner Uruguay S.A ("LRU")	Uruguai	UYU	100,0%	100,0%
Realize Participações S.A	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
(*) Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A ("Realize CFI")	Brasil	BRL	100,0%	-
Entidade de Propósito Específico (EPE)				
(**) Fundo em Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC Lojas Renner")	Brasil	BRL	33,0%	31,8%

^(*) Em março de 2017, a Realize Participações S.A e a Dromegon Participações Ltda. constituíram capital na empresa Realize CFI S.A, a qual é regulada pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

2.1 DROMEGON PARTICIPAÇÕES LTDA. ("DROMEGON")

A Dromegon detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis.

2.2 RENNER ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. ("RACC")

A RACC oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo.

2.3 MAXMIX COMERCIAL LTDA. ("CAMICADO")

A Camicado tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração.

2.4 FASHION BUSINESS COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. ("YOUCOM")

A Youcom tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário, calçados e acessórios.

2.5 LOJAS RENNER SHANGHAI TRADING CO. LTD. ("LRS")

A LRS tem como objeto desempenhar as funções de compras, controle de qualidade e desenvolvimento de amostras, e ser também um veículo de aproximação com parceiros comerciais e de apoio para a prospecção de novos fornecedores estrangeiros.

2.6 LOJAS RENNER URUGUAY S.A. ("LRU")

A LRU tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário, esportes e calçados, perfumaria, cosméticos, relógios e artigos de esportes.

^(**) Refere-se ao percentual de participação da quota subordinada (vide nota explicativa nº 11).

2.7 REALIZE PARTICIPAÇÕES S.A.

A Realize Participações S.A. tem como objeto a participação societária em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.8 REALIZE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. ("REALIZE CFI")

A Realize CFI tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Companhias de crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

3 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todos as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas (nota explicativa nº 5.2).

Exceto em relação a determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos (nota explicativa nº 25.3), as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 8 de fevereiro de 2018.

4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.1 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA E CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Saldos patrimoniais são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio no final de cada exercício. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras das Controladas cuja moeda funcional seja diferente da moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

5 POLÍTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO

5.1 CONSOLIDAÇÃO

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas. No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner, foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

5.2 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A Administração avalia como estimativas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira, os resultados e que requerem os julgamentos mais difíceis e subjetivos por parte da Administração, uma vez que apresentam impacto sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

5.2.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Baseiam-se nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até as datas dos balanços. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.2.2 Provisão para perdas em crédito

Com base nos níveis históricos de inadimplência e nas incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, cenários de retração nas linhas de crédito, nível de emprego, massa salarial, etc).

5.2.3 Provisão para perdas em estoque

Com base nos níveis históricos de perdas da Companhia, que é concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da provisão de perdas.

5.2.4 Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente

A taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico, que influenciam nas variáveis utilizadas para determinação da taxa.

5.2.5 Determinação dos valores justos das opções de compra de ações e dos instrumentos financeiros derivativos

Com base nos indicadores do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, volatilidade da ação da Companhia, flutuação da cotação do dólar, etc), determinamos os valores justos das opções de compra de ações e dos instrumentos financeiros derivativos.

5.2.6 Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos está suportada por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais provisões.

5.2.7 Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de especialistas.

5.2.8 Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada

Para determinação do valor recuperável, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas: receitas, custos e despesas projetadas de 2018 a 2027, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, taxas de inflação, cronograma de abertura de lojas, entre outras.

6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas,

como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelo *IFRS*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

7 NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

7.1 IFRS 9/ CPC 48 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A norma IFRS 9/CPC 48 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- i) classificação e mensuração de ativos financeiros;
- ii) redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e
- iii) contabilidade de hedge.

7.1.1 Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Na tabela abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

7.1.1.1 Controladora

	31 de	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/CPC 38				1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/CPC 48			
Ativos financeiros	Valor justo instrumento de hedge	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Designados a valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (*)		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	981.014	-	981.014	-	-		
Contas a receber de clientes	-	-	1.131.448	-	1.131.448	-	-		
FIDC Lojas Renner	-	-	182.000	-	182.000				
Instrumentos financeiros derivativos	5.822	-	-	-	-	-	5.822		
Total	5.822		2.294.462		2.294.462		5.822		

7.1.1.2 Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/CPC 38			1º de janei	ro de 2018 - IF	RS 9/CPC 48	
Ativos financeiros	Valor justo instrumento de hedge	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Designados a valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	(*) VJORA
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.059.873	-	1.059.873	-	-
(**) Aplicações financeiras	-	50.782	-	31.578	-	82.360	-
Contas a receber de clientes	-	-	2.644.258	-	2.644.258	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.917						6.917
Total	6.917	50.782	3.704.131	31.578	3.704.131	82.360	6.917

^(*) De acordo com a norma IFRS 9/CPC 48, VJORA significa valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

(**) Para as aplicações financeiras que atualmente são classificadas como disponível para venda e designadas a valor justo, a Administração da Companhia avaliou e optou de forma irrevogável pela classificação a valor justo por meio do resultado, que melhor representa o modelo de negócio.

O saldo no patrimônio líquido referente ao ajuste de avaliação patrimonial do valor justo de disponíveis para venda no montante de R\$ 1, será reclassificado para lucros acumulados.

7.1.2 Redução ao valor recuperável "modelo de perdas em crédito esperadas"

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, a Companhia entende que a provisão para

perdas em créditos (provisão por redução do valor recuperável do contas a receber) aumentará em R\$ 33.525, gerando uma aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos ativo de R\$ 13.174. Maiores detalhes vide tabela abaixo:

Em milhares de reais	Conforme apresentado em 31 de dezembro de 2017	Ajustes da adoção IFRS 9/CPC 48	Saldo de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2018
Contas a receber	2.644.258	(33.525)	2.610.733
(*) Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.211	13.174	212.385
Lucros acumulados	-	20.351	20.351

^(*) Alíquotas nominais ponderadas de 39,25%, fruto da combinação das alíquotas de 34% e 45% (Realize CFI S/A).

7.1.3 Contabilidade de hedge

A Companhia avaliou o novo modelo de contabilidade de hedge de acordo com a IFRS 9/ CPC 48 e determinou que todas as relações de hedge existentes designadas como relações de hedge eficazes, continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9/CPC 48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9/CPC 48 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

7.2 IFRS 15/ CPC 47 RECEITAS DE CONTRATOS COM CLIENTES

A norma IFRS 15/CPC 47 substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

7.3 IFRS 16/ CPC 06 (R2) ARRENDAMENTO

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2019 e tem efeito retrospectivo.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma, e é provável que haverá redução nas despesas de ocupação, dado que o custo de parte dos contratos passará a ser reconhecido nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é provável que ocorra um efeito temporal no lucro líquido em função do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos conforme apresentado na nota explicativa nº 20, associado também a determinação de variáveis, tais como:

- i) taxa de descontos;
- ii) levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- iii) outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

8 GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados:

i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);

- ii) risco de crédito (notas explicativas nº 9.4, 10.4 e 25.5);
- iii) risco de liquidez; e
- iv) gestão de capital.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

8.1 RISCOS DE MERCADO

8.1.1 Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimos em moeda estrangeira. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações via operações de hedge, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo Non-Deliverable Forward (NDF) e até 100% do valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen).

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro "B3 S.A.-Brasil, Bolsa e Balcão" de acordo com a data base da próxima divulgação. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente à estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação, empréstimos em moeda estrangeira e swaps.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, swaps e empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017:

				Valorização	da moeda	Desvalorizaçã	ão da Moeda
Derivativos designados para h	edge accounting	Nocional US\$ Receber (Pagar)	Provável US\$ 1 = R\$ 3,3356	Possível +25% US\$ 1 = R\$ 4,1695	Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 5,0034	Possível 25% US\$ 1 = R\$ 2,5017	Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 1,6678
Objeto de hedge	Pedidos emitidos	(175.576)	1.673	(49.060)	(173.913)	145.057	288.440
Instrumento de hedge	NDF	175.576	(1.673)	49.060	173.913	(145.057)	(288.440)
Exposição Líquida Pedidos Imp	oortação						
Derivativos não designados po	ara hedge accounting						
Objeto	Empréstimo (Bacen 4.131)	(45.513)	4.892	(29.305)	(63.502)	39.090	73.287
Instrumento	Swap	43.550	(4.656)	27.892	60.440	(37.205)	(69.753)
Exposição Líquida Swap		(1.963)	236	(1.413)	(3.062)	1.885	3.534
Exposição Líquida Total / Efeita			236	(1.413)	(3.062)	1.885	3.534
Aumento (redução) no resulta	do, líquido do efeito dos impostos		156	(933)	(2.021)	1.244	2.332

Em relação aos impactos do empréstimo e do swap contratado para proteção da exposição ao dólar nestes contratos, a exposição líquida demonstrada está relacionada ao custo fixo dos juros, impostos mais *Libor*, não cobertos pelo instrumento de proteção contratado.

8.1.2 Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures, empréstimos e swap. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a Selic, a TJLP e a Libor e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI, Selic, TJLP e IPCA em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI, Selic, TJLP e o IPCA para a próxima divulgação de, respectivamente 6,77% a.a, 6,78% a.a, 6,75% a.a e 2,39% a.a. As estimativas de CDI e SELIC têm como base projeções do mercado futuro B3 S.A e TJLP tem como base BNDES.

Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2017:

							Consolidado
				Aumento	dos Juros	Redução o	dos Juros
Instrumentos Financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2017	Cenário Provável	Possível (+) 25% R\$	Remoto (+) 50% R\$	Possível (-) 25% R\$	Remoto (-) 50% R\$
Equivalentes de caixa, (rendimentos líquidos de impostos)	Baixa CDI	844.081	12.885	16.106	19.327	9.664	6.443
Aplicações financeiras, (rendimentos líquidos de impostos)	Baixa CDI	82.360	1.301	1.626	1.951	976	651
Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Alta CDI e IPCA	(1.104.525)	(19.895)	(24.869)	(29.841)	(14.921)	(9.947)
Financiamentos operações serviços financeiros	Alta CDI	(697.505)	(13.436)	(16.795)	(20.154)	(10.077)	(6.718)
Redução no resultado do exercicio			(19.146)	(23.933)	(28.717)	(14.358)	(9.571)
(*) Impacto no resultado, líquido de imposto de renda e contribuição	social		(12.056)	(15.071)	(18.083)	(9.041)	(6.027)

(*) Alíquotas nominais ponderadas de imposto de renda e contribuição social de 37,03%, maiores detalhes vide nota explicativa nº 14.2.

8.2 RISCO DE LIQUIDEZ

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são:

- i) precaução para momentos de incerteza na economia;
- ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia;
- iii) garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito;
- iv) garantir a amortização e serviços de dívidas; e
- v) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo as debêntures como única operação dessa natureza. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

Instrumento	Emissão	1º Indicador		2º Indicador
5ª emissão de debêntures	15/06/2012			EDITED A
6ª emissão de debêntures	01/08/2013	Dívida Líquida Consolidada	- 20	$\frac{EBITDA}{}$ > 2.0
7ª emissão de debêntures	13/02/2017	EBITDA	≤ 3.0	Resultado Financeiro
8ª emissão de debêntures	04/07/2017			

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.104.525	1.272.658	33.140	132.162	243.622	473.352	379.084	11.298
Financiamentos - operações serviços financeiros	697.505	794.613	108.659	39.306	34.088	612.560	-	-
Arrendamento mercantil financeiro	68.786	221.977	4.301	4.139	8.396	11.604	30.156	163.381
Fornecedores	842.254	842.254	842.254	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	524.581	524.581	384.538	101.460	38.583	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.137	3.187	2.310	875	2	-	-	
Total - Em 31 de dezembro de 2017	3.240.788	3.659.270	1.375.202	277.942	324.691	1.097.516	409.240	174.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.008.267	1.150.638	181.553	216.925	300.437	363.195	77.114	11.414
Financiamentos - operações serviços financeiros	795.635	918.876	136.845	238.153	53.880	46.775	443.223	-
Arrendamento mercantil financeiro	72.018	230.119	1.165	2.869	6.308	16.742	38.632	164.403
Fornecedores	679.721	679.721	679.721	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	291.891	291.891	238.878	42.433	10.580	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	57.530	59.025	44.001	14.299	725	-	-	-
Total - Em 31 de dezembro de 2016	2.905.062	3.330.270	1.282.163	514.679	371.930	426.712	558.969	175.817

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAAA na categoria escala nacional (Brasil).

8.3 GESTÃO DE CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. Em 31 de dezembro de 2017 apresenta a seguinte posição:

	Consolid	dado
Empréstimos e financiamentos	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	(379.553)	(615.384)
Não circulante	(724.972)	(392.883)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.142.233	894.881
Endividamento líquido	37.708	(113.386)
Financiamentos operacionais		
Circulante	(127.396)	(378.266)
Não circulante	(570.109)	(417.369)
Endividamento líquido, incluindo os financiamentos operacionais	(659.797)	(909.021)
Patrimônio líquido	3.223.446	2.636.796
Índice de alavancagem financeira	20,47%	34,47%

O saldo do endividamento líquido é consequência das decisões de gestão de capital e os resultados dos encargos líquidos destas posições são refletidos no resultado financeiro. Os demais passivos apresentados junto ao sistema financeiro correspondem a financiamentos operacionais, cujos encargos são debitados no resultado operacional e são na sua maior parte diretamente vinculados aos financiamentos dos recebíveis de produtos financeiros. O Endividamento líquido, incluindo os financiamentos operacionais, reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registradas em montantes similares aos valores de mercado.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o custo amortizado e o valor justo se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aplicações que não possuem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão). As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo e classificadas como valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda (sendo que, neste caso, a diferença entre o valor de curva e o rendimento é contabilizada em outros resultados abrangentes).

9.2 COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Taxa média	Controladora		Conso	lidado
	Indexador	ponderada a.a.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos		-	152.385	105.661	215.792	126.552
Equivalentes de caixa						
CDB	CDI	101,3% / 92,6%	340.175	241.362	360.280	300.873
Fundos de investimento	CDI	102,0%	258.518	112.537	258.518	112.537
Compromissadas em debêntures	CDI	100,8%	172.682	222.389	183.970	239.778
Aplicação Automática	CDI	10,0%	27.161	11.394	37.848	12.928
Rendimentos FIDC curto prazo	CDI	=	29.974	17.455	3.346	-
Fundo - BACEN Jud	CDI	56,8%	119	388	119	388
Títulos do Tesouro Nacional	CDI	99,3%				101.825
Total			981.014	711.186	1.059.873	894.881

9.3 COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Taxa média	Contro	ladora	Conso	lidado
	Indexador	ponderada a.a.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	SELIC	100,6%			82.360	
Total			-	-	82.360	

9.4 RISCO DE CRÉDITO

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras devem ser aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras estão de acordo com as principais agências de classificação de risco. Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidad	do
Rating - Escala Nacional	31/12/2017	31/12/2016
brA-	218.448	-
brAA-	285.958	285.468
brA+	81.157	268.499
(*) N/a - Fundo Brasil Plural e Western Asset	258.518	112.537
(**) N/a - Títulos do Tesouro Nacional	82.360	101.825
Total – Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	926.441	768.329

^(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para os Fundos – Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF e Western Asset nas principais agências de classificação de risco. Os ativos que compõem a carteira do referido fundo possuem classificação de risco brAAA em pelo menos uma das agências de classificação de ratings.

10 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

10.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias, pela utilização do cartão bandeira (Meu Cartão) na rede conveniada pelo sistema Visa e Mastercard, bem como pelos valores de empréstimos pessoais concedidos aos seus clientes por instituições financeiras.

As operações de vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia, mais risco de crédito. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo. A taxa de desconto utilizada foi de 1,85% a.m. para a Controladora e 1,06% a.m. para as controladas (2,02% a.m. em 31 de dezembro de 2016 para a controladora) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

10.2 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cartão Renner (Private Label)	1.166.253	1.235.695	1.166.253	1.235.695
Cartão bandeira (Meu Cartão)	178.711	56.921	1.071.133	529.464
Cartões de terceiros	490.019	390.165	606.221	473.446
Empréstimo pessoal (Saque Rápido)	15.978	37.529	71.889	144.639
Exportação - Parte relacionada (a)	9.153	-	-	-
Outros recebíveis	370	482	3.752	715
(-) FIDC Lojas Renner (b)	(601.057)	(538.038)	-	-
(-) Provisão para perdas em crédito	(64.534)	(92.849)	(210.180)	(116.939)
(-) Ajuste a valor presente	(63.445)	(57.749)	(64.810)	(57.749)
Total	1.131.448	1.032.156	2.644.258	2.209.271

a) Os valores de recebíveis relacionados a exportação referem-se a vendas realizadas pela Controladora à sua subsidiária no Uruguai e tem como objetivo a formação de estoque para suas vendas na região.

^(**) Não aplicável, pois não consta classificação para os Títulos do Tesouro Nacional na escala nacional. Em escala global o rating de crédito soberano é BB (perspectiva negativa) de acordo com as principais agências de rating.

b) A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner").

10.3 PROVISÃO PARA PERDAS EM CRÉDITO

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, exceto os recebíveis do cartão bandeira (Meu Cartão), que passaram a ser mantidos na carteira a partir de julho de 2017 até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática de instituições financeiras. Nessa carteira, os recebíveis entre 180 e 360 dias após o vencimento são 100% provisionados. Abaixo movimentação das provisões para perdas em crédito:

-			Controladora			Consolidado
_	Cartão Renner	Empréstimo Pessoal	Total	Cartão Bandeira	Empréstimo Pessoal	Total
Saldos em 01/01/2016	(74.969)	(36.122)	(111.091)	(20.151)		(131.242)
(+) Provisão	(190.717)	(47.189)	(237.906)	(142.103)		(380.009)
Baixas	207.826	48.322	256.148	138.164	-	394.312
Saldos em 31/12/2016	(57.860)	(34.989)	(92.849)	(24.090)	-	(116.939)
(+) Provisão	(190.739)	(30.189)	(220.928)	(192.152)	(101)	(413.081)
Baixas	195.535	53.708	249.243	70.697	-	319.940
Saldos em 31/12/2017	(53.064)	(11.470)	(64.534)	(145.545)	(101)	(210.180)

O critério de provisão do Cartão Renner (*Private Label*), tem como base o histórico de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos da norma internacional *IAS* 32/ CPC 38 e 39. Este critério, tanto para distribuição das faixas, como para atribuição do % de provisão não é comparável com o utilizado para carteiras crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (*Res.* 2682), que estabelece, entre outros o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de % mínimos de provisão para cada faixa. Abaixo, é demonstrada a cobertura de perdas por faixa de atraso por produto de crédito:

			31/12/2017			31/12/2016
Cartão Renner (Private Label)	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
A vencer	1.019.379			1.088.662		
Vencidos						
de 1 a 30 dias	49.601	(9.847)	19,9%	50.367	(10.595)	21,0%
de 31 a 60 dias	24.457	(12.730)	52,1%	22.230	(11.794)	53,1%
de 61 a 90 dias	19.810	(12.629)	63,8%	19.608	(12.755)	65,0%
de 91 a 120 dias	19.190	(13.604)	70,9%	19.206	(13.709)	71,4%
de 121 a 150 dias	17.748	(13.374)	75,4%	18.762	(14.363)	76,6%
de 151 a 180 dias	16.069	(12.895)	80,3%	16.859	(13.722)	81,4%
de 181 a 360 dias	91.419	(83.214)	91,0%	96.822	(89.022)	91,9%
Total Carteira	1.257.673	(158.293)	12,6%	1.332.516	(165.960)	12,5%
(-) Créditos Baixados de 181 a 360 dias	(105.229)	105.229	100,0%	(108.100)	108.100	100,0%
(+) Créditos Baixados de 181 a 360 dias recuperados	13.809			11.279		
Saldo Contábil	1.166.253	(53.064)	4,5%	1.235.695	(57.860)	4,7%
Índice de Cobertura over 90			100,1%			105,5%

Em relação ao cartão bandeira (Meu Cartão) e empréstimo pessoal (Saque Rápido), as estimativas para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil (Res. 2682). O aumento na cobertura da carteira do Meu Cartão deve-se principalmente ao fato de que, a partir de julho/2017, os recebíveis desta carteria passaram a ser mantidos no ativo até completarem 360 dias do vencimento.

			31/12/2017			31/12/2016
Cartão Bandeira ("Meu Cartão")	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
A - de 0 a 14 dias	829.983	(4.739)	0,6%	446.765	(2.204)	0,5%
B - de 15 a 30 dias	28.296	(357)	1,3%	14.576	(146)	1,0%
C - de 31 a 60 dias	29.762	(1.443)	4,9%	14.062	(422)	3,0%
D - de 61 a 90 dias	25.952	(4.246)	16,4%	12.901	(1.290)	10,0%
E - de 91 a 120 dias	27.023	(13.509)	50,0%	14.782	(4.435)	30,0%
F - de 121 a 150 dias	22.444	(15.709)	70,0%	14.356	(7.178)	50,0%
G - de 151 a 180 dias	19.471	(17.341)	89,1%	12.022	(8.415)	70,0%
H - acima de 180 dias	88.202	(88.202)	100,0%	-	-	0,0%
Total	1.071.133	(145.545)	13,6%	529.464	(24.090)	4,5%
Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)			112,7%			100,0%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31/12/2017			31/12/2016
Empréstimo Pessoal (Saque Rápido)	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
A - de 0 a 14 dias	52.327	(318)	0,6%	94.281	(471)	0,5%
B - de 15 a 30 dias	2.671	(34)	1,3%	5.271	(53)	1,0%
C - de 31 a 60 dias	2.305	(112)	4,8%	4.574	(137)	3,0%
D - de 61 a 90 dias	2.117	(346)	16,4%	4.102	(410)	10,0%
E - de 91 a 120 dias	1.982	(991)	50,0%	4.176	(2.522)	60,4%
F - de 121 a 150 dias	1.773	(1.241)	70,0%	3.772	(2.982)	79,1%
G - de 151 a 180 dias	1.681	(1.497)	89,1%	3.697	(3.647)	98,7%
H - acima de 180 dias	7.032	(7.032)	100,0%	24.766	(24.766)	100,0%
Total	71.889	(11.571)	16,1%	144.639	(34.989)	24,2%
Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)			112,8%			110,9%

10.4 RISCO DE CRÉDITO

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Segue a abertura da qualidade do crédito no Consolidado conforme análise de risco da carteira:

				31/12/2017
Classificação da qualidade do risco de crédito	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total
Baixo	1.208.895	538.058	11.295	1.758.248
Médio baixo	139.105	164.405	26.350	329.860
Médio	172.712	87.888	1.201	261.801
Médio alto	168.246	85.537	26.007	279.790
Alto	83.516	195.245	7.036	285.797
Total	1.772.474	1.071.133	71.889	2.915.496
	-			31/12/2016
Classificação da qualidade do risco de crédito	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	31/12/2016 Total
Classificação da qualidade do risco de crédito Baixo		Meu Cartão 229.762		
•	Terceiros		Pessoal	Total
Baixo	Terceiros 1.107.280	229.762	Pessoal 12.700	Total
Baixo Médio baixo	Terceiros 1.107.280 170.894	229.762 98.855	Pessoal 12.700 44.460	Total 1.349.742 314.209
Baixo Médio baixo Médio	Terceiros 1.107.280 170.894 142.235	229.762 98.855 76.843	Pessoal 12.700 44.460 212	Total 1.349.742 314.209 219.290

A classificação interna do risco da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- i. Baixo: Clientes com probabilidade menor ou igual a 9,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- ii. Médio baixo: Clientes com probabilidade maior do que 9,3% e menor ou igual a 16,8%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- iii. Médio: Clientes com até 4 meses de Cartão Renner, com pouco histórico de movimentação para fins de medição probabilística de inadimplência.
- iv. Médio alto: Clientes com probabilidade maior do que 16,8% e menor ou igual a 31,3%, de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.
- v. Alto: Clientes com probabilidade maior do que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo à pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito.

11 FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em maio de 2014, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e nº 531/13, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Banco Itaú S.A.. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 12 de maio de 2019.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2017 está assim representada:

Quotas	Taxa de Remuneração	% PL do Fundo	Quant.(em milhares)	31/12/2017	31/12/2016
Subordinada	(*)	33,0% (31,8% 2016)	7.300	208.628	199.455
Sênior	CDI + 1,08% a.a	67,0% (68,2% 2016)	16.800	424.280	427.733
		Total	24.100	632.908	627.188

(*) O regulamento do FIDC Lojas Renner não defeine meta de remuneração, e também, define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Lojas Renner S.A. imediatamente para que fique dentro da relação mínima.

O rendimento da quota subordinada é apresentado como caixa e equivalente de caixa na Controladora, totalizando R\$ 26.628 (R\$ 17.455 em 31 de dezembro de 2016) e o principal apresentado como FIDC Lojas Renner no ativo não circulante R\$ 182.000 (R\$ 182.000 em 31 de dezembro de 2016).

A Controladora atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

Em 31 de dezembro de 2017, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Equivalentes de caixa	500	2.885
Aplicações financeiras	31.578	86.507
Contas a receber	601.057	538.038
Total do Ativo	633.135	627.430
Passivo		
Contas a pagar	227	242
Patrimônio líquido _	632.908	627.188
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	633.135	627.430

12 ESTOQUES

12.1 POLÍTICA CONTÁBIL

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. O custo dos estoques de mercadorias importadas também consideram quaisquer ganhos ou perdas de hedge de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos da estimativa de perdas para ajustá-los aos valores realizáveis líquidos, quando aplicável.

12.2 COMPOSIÇÃO

	Controlac	dora	Consolid	ado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda	743.580	620.355	867.682	729.134
Ajuste a valor presente	(18.900)	(16.703)	(19.886)	(16.703)
Provisão para perdas	(63.437)	(39.611)	(65.671)	(43.444)
Mercadorias para revenda, líquida	661.243	564.041	782.125	668.987
Importações em andamento	98.876	80.719	125.435	100.574
Adiantamento a fornecedores	6.909	6.797	6.995	6.797
Materiais auxiliares e almoxarifado	5.024	4.058	8.621	5.908
Total	772.052	655.615	923.176	782.266

12.3 PROVISÃO PARA PERDAS

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(47.588)	(51.410)
(-) Provisão para perdas	(60.553)	(63.434)
(-) Perda efetiva	68.530	71.400
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(39.611)	(43.444)
(-) Provisão para perdas	(64.656)	(67.679)
(-) Perda efetiva	40.830	45.452
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(63.437)	(65.671)

13 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora Consolic			idado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Imposto de renda e contribuição social	25.627	19.742	26.719	20.859	
PIS/COFINS	12.483	38.267	13.362	38.925	
ICMS	69.367	55.185	100.417	80.436	
ICMS - imobilizado	53.051	54.884	61.172	60.969	
Outros impostos a recuperar	1.767	1.393	18.934	1.504	
Provisão para perdas	<u></u>	(228)	<u> </u>	(228)	
Total	162.295	169.243	220.604	202.465	
Ativo circulante	115.915	122.386	140.273	135.841	
Ativo não circulante	46.380	46.857	80.331	66.624	
Total	162.295	169.243	220.604	202.465	

14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

14.2 BASE DE CÁLCULO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

•	Controladora				Consolidado			
•	31/12/2	2017	31/12/	2016	31/12/	2017	31/12/	2016
Bases de cálculo IRCS diferidos	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL (ii)	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.534	64.534	92.849	92.849	210.180	210.180	116.939	116.939
Ajuste a valor presente	77.959	77.959	70.565	70.565	79.324	79.324	70.565	70.565
Provisão para riscos tributários	27.161	27.161	27.111	27.111	32.969	32.969	32.261	32.261
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	32.583	32.583	32.665	32.665	35.996	35.996	33.656	33.656
Provisão para perdas de estoque	63.437	63.437	39.611	39.611	65.671	65.671	43.444	43.444
Provisão para participação de empregados	48.280	48.280	30.654	30.654	50.695	50.695	33.924	33.924
Provisão para o valor recuperável	12.803	12.803	-	-	15.395	15.395		
Plano de ações restritas	15.376	15.376	3.286	3.286	15.376	15.376	3.286	3.286
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	-	-	-	-	112.921	109.928	99.411	96.749
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	-	-	54.502	54.502	-	-	57.164	57.164
Outras provisões	-	-	21.045	20.357	-	-	17.212	18.844
Ativo fiscal diferido	342.133	342.133	372.288	371.600	618.527	615.534	507.862	506.832
Ágio na aquisição de participação societária	-	-	-	-	(36.736)	(36.736)	(16.751)	(16.751)
Mais valia de ativos	-	-	-	-	(29.624)	(29.624)	(30.203)	(30.203)
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	(2.878)	(2.878)	-	-	(3.780)	(3.780)	-	-
Outras provisões	(6.734)	(7.428)	-	-	(8.928)	(10.514)	-	-
Passivo fiscal diferido	(9.612)	(10.306)	-	-	(79.068)	(80.654)	(46.954)	(46.954)
Total - Ativo fiscal diferido, líquido	332.521	331.827	372.288	371.600	539.459	534.880	460.908	459.878
Alíquotas nominais ponderadas (ii)	25%	9%	25%	9%	25%	12,03%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.130	29.864	93.072	33.444	134.865	64.346	115.227	41.389

- (i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social da Controladora e das suas controladas Maxmix Comercial Ltda ("Camicado"), Fashion Business Comércio de Roupas Ltda ("Youcom"), Lojas Renner Shanghai Trading Inc.Co Ltd., e Lojas Renner Uruguay S.A. Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.
- (ii) A alíquota nominal ponderada CSLL está relacionada com a consolidação dos saldos da controlada indireta Realize CFI S.A, a qual possui uma alíquota de 20%.

14.3 MOVIMENTAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS

Abaixo demonstramos a movimentação dos impostos diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Saldo em 1/1/2016	73.615	97.899
(+/-) Reconhecido no resultado	1.532	6.329
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	51.369	52.388
Saldo em 31/12/2016	126.516	156.616
(+/-) Reconhecido no resultado	5.987	63.316
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	(19.509)	(20.721)
Saldo em 31/12/2017	112.994	199.211

14.4 REALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

Baseada no histórico de realizações das bases que deram origem aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	Consolidado
2018	98.170	174.345
2019	10.370	19.728
2020	4.091	13.242
2021	1.847	9.233
2022 em diante	1.847	12.132
TOTAL - Ativos diferidos	116.325	228.680

14.5 ANÁLISE DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consoli	dado
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do IR e CS	948.404	845.575	1.004.137	872.380
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(322.457)	(287.496)	(341.407)	(296.609)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesa com plano de opção de compra de ações	(9.397)	(8.175)	(9.397)	(8.175)
Resultado de participações societárias	35.692	17.999	-	-
Juros sobre capital próprio	66.956	58.941	66.956	58.941
Participação de administradores	(2.638)	(1.683)	(2.638)	(1.683)
Incentivos fiscais (PAT)	4.028	3.848	4.034	3.848
Incentivo fiscal - subvenção	8.047	-	8.784	-
Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005)	2.181	1.794	2.181	1.794
Diferenças de alíquotas IR e CSLL de controladas	-	-	(2.154)	616
Baixa por perdas em crédito indedutível	-	(951)	-	(951)
Baixa ativo fixo indedutível	-	(2.340)	-	(2.340)
Outras exclusões (adições)	1.845	(2.478)	2.105	(2.813)
Parcela isenta do adicional de 10%	18	24	78	50
IR e CS no resultado do exercício	(215.725)	(220.517)	(271.458)	(247.322)
Corrente	(221.712)	(222.049)	(334.774)	(253.651)
Diferido	5.987	1.532	63.316	6.329
Alíquota efetiva	22,75%	26,08%	27,03%	28,35%

Consolidado

Controladora

15 INVESTIMENTOS

15.1 COMPOSIÇÃO

	Commonadora		0011301	aaao
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	822.860	503.091		-
Ágio sobre mais valia de ativos	1.290	1.290	-	-
Outros investimentos	46	46	46	46
Total	824.196	504.427	46	46

15.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Empresas controladas	Saldo em 01/01/2017	Aporte de capital	Cisão	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Reclass. passivo à descoberto	Saldo em 31/12/2017
Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda.	55.907		(1)	61.278		(55.898)	-	61.286
Dromegon Participações Ltda.	17.131	-	-	6.594	-	(7.571)	-	16.154
Maxmix Comercial Ltda	341.159	40.000	-	17.220	2.018	-	=	400.397
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	70.003	33.000	-	(11.460)	334	-	-	91.877
Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. (*)	-	-	-	(326)	(34)	-	360	-
Realize Participações S/A	15.268	134.825	-	33.861	1	-	=	183.955
Lojas Renner Uruguay S/A	3.623	66.021	-	(2.189)	1.735	-	-	69.190
Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A.			1					1
Total	503.091	273.846		104.978	4.054	(63.469)	360	822.860

Empresas controladas	Saldo em 01/01/2016	Aporte de capital	Cisão	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Reclass. passivo à descoberto	Saldo em 31/12/2016
Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda.	101.236	-	-	55.899	-	(101.228)	-	55.907
Dromegon Participações Ltda.	10.521	-	-	6.610	-	-	-	17.131
Maxmix Comercial Ltda	289.860	47.000	-	5.752	(1.453)	-	=	341.159
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	45.525	37.500	-	(12.496)	(526)	-	=	70.003
Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. (*)	979	-	-	(2.760)	(278)	-	2.059	-
Realize Participações S/A	-	15.162	-	106	-	-	-	15.268
Lojas Renner Uruguay S/A		3.875		(174)	(78)_		<u>=</u>	3.623
Total	448.121	103.537		52.937	(2.335)	(101.228)	2.059	503.091

^(*) O passivo a descoberto da Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd.(LRS) decorre de sua fase ainda inicial de operação e tem contrapartida em créditos com a própria controladora Lojas Renner S/A. (vide nota explicativa nº 27.3.1). A expectativa é de ajuste desta posição à medida da evolução dos negócios, que encontram-se em linha com o planejado. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo a descoberto corresponde ao montante de R\$ 2.419 (R\$ 2.059 em 31 de dezembro de 2016).

Consolidado

16 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

16.1 POLÍTICA CONTÁBIL

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, conforme segue abaixo:

	Consolido	obi
	Taxa	Vida útil
Imobilizado		
Imóveis	1,67% a 2%	50 a 60 anos
Móveis, equipamentos, instalações e benfeitorias	5% a 25%	4 a 25 anos
Veículos	20%	5 anos
Computadores e periféricos	10% a 20%	5 a 10 anos
Intangível		
Sistemas de Informática	12,5% a 20%	5 a 8 anos
Direito de utilização de imóveis	10%	10 anos

A Companhia tem como procedimento, periodicamente, revisar os bens do ativo imobilizado e intangível com o objetivo de:

- identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados;
- identificar alterações na forma de uso e manutenção que possam afetar a vida útil dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

16.2 MUDANÇA DE ESTIMATIVA CONTÁBIL

Durante o exercício de 2017, identificou-se com base nas premissas das áreas técnicas internas e laudo independente, que determinadas espécies das categorias de equipamentos, instalações, benfeitorias e de sistemas de informática, da Controladora, tiveram alterações em sua forma de controle, utilização e manutenção, demandando revisão e alteração da vida útil remanescente e valor residual, com aplicação em dezembro de 2017. A adoção das novas estimativas de forma prospectiva resultará em uma redução da despesa de depreciação e amortização aproximada de R\$ 60 milhões para o próximo exercício (R\$ 40 milhões líquidos de IRPJ/CSLL).

16.3 COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

						Controladora
			31/12/2017			31/12/2016
		Depreciação	Valor contábil		Depreciação	Valor contábil
	Custo	acumulada	líquido	Custo	acumulada	líquido
Terrenos	288	-	288	288	-	288
Imóveis	92.898	(4.321)	88.577	92.898	(2.876)	90.022
Móveis, Equip, Instal e Benfeitorias	2.468.517	(1.116.281)	1.352.236	2.224.716	(933.836)	1.290.880
Veículos	3.045	(546)	2.499	2.014	(1.026)	988
Computadores e Periféricos	188.831	(124.984)	63.847	165.889	(114.680)	51.209
Imobilizado em andamento	96.263	-	96.263	70.316	-	70.316
Total	2.849.842	(1.246.132)	1.603.710	2.556.121	(1.052.418)	1.503.703

			31/12/2017			31/12/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	288		288	288	-	288
Imóveis	107.835	(10.201)	97.634	106.999	(8.755)	98.244
Móveis, Equip, Instal e Benfeitorias	2.703.513	(1.172.605)	1.530.908	2.388.228	(972.621)	1.415.607
Veículos	3.045	(544)	2.501	2.015	(1.025)	990
Computadores e Periféricos	197.640	(128.984)	68.656	171.753	(117.736)	54.017
Imobilizado em andamento	113.640	- '	113.640	75.923	- '	75.923
	3.125.961	(1.312.334)	1.813.627	2.745.206	(1.100.137)	1.645.069

16.4.1 Controladora

	Saldo em				Provisão		Saldo em
Valor contábil	31/12/2016	Adições	Transf.	Baixas	para Perda	Depreciação	31/12/2017
Terrenos	288	-	-	-	-	-	288
Imóveis	90.022	-	-	-	-	(1.445)	88.577
Móv, Equip, Instal e Benf	1.290.880	744	287.306	(5.312)	(12.801)	(208.581)	1.352.236
Veículos	988	2.268	-	(562)	-	(195)	2.499
Computadores	51.209	201	31.547	(59)	-	(19.051)	63.847
Imob.em andamento	70.316	346.831	(318.853)	(2.031)	-	-	96.263
Total	1.503.703	350.044		(7.964)	(12.801)	(229.272)	1.603.710
	Carlala aus				B		
	Saldo em				Provisão		Saldo em
Valor contábil	3aiao em 1/1/16	Adições	Transf.	Baixas	para Perda	Depreciação	31/12/2016
Valor contábil Terrenos		Adições -	Transf.	<u>Baixas</u>		<u>Depreciação</u>	
	1/1/16	Adições - -	Transf. - 61.898	Baixas - -		<u>Depreciação</u> - (758)	31/12/2016
Terrenos	1/1/16 288	Adições - - 30.048	-	Baixas - - (13.507)		-	31/12/2016 288
Terrenos Imóveis	1/1/16 288 28.882	-	61.898	-		(758)	31/12/2016 288 90.022
Terrenos Imóveis Móv, Equip, Instal e Benf	1/1/16 288 28.882 1.161.882	30.048	61.898	(13.507)		(758) (190.343)	31/12/2016 288 90.022 1.290.880
Terrenos Imóveis Móv, Equip, Instal e Benf Veículos	1/1/16 288 28.882 1.161.882 1.116	30.048	61.898 302.800	(13.507) (70)		(758) (190.343) (367)	31/12/2016 288 90.022 1.290.880 988

16.4.2 Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf.	Baixas	Provisão para Perda	Deprec.	Variação cambial	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	288	-	-	-	-	-	-	288
Imóveis	98.244	835	-	-	-	(1.445)	-	97.634
Móv, Equip, Instal e Benf	1.415.607	31.638	330.876	(1.465)	(15.334)	(230.213)	(201)	1.530.908
Veículos	990	2.268	-	(562)	-	(195)	-	2.501
Computadores	54.017	1.883	33.066	(154)	-	(20.156)	-	68.656
Imob.em andamento	75.923	403.656	(363.942)	(2.031)	-	-	34	113.640
Total	1.645.069	440.280		(4.212)	(15.334)	(252.009)	(167)	1.813.627
	Saldo em				Provisão	<u> </u>	Variação	Saldo em
Valor contábil	Saldo em 1/1/16	Adições	Transf.	Baixas	Provisão para Perda	Deprec.	Variação cambial	Saldo em 31/12/2016
Valor contábil Terrenos		Adições	Transf.	Baixas		Deprec.	•	
	1/1/16	Adições - 1.564	Transf 61.898	Baixas - -		Deprec. - (858)	•	31/12/2016
Terrenos	1/1/16 288	-	-	Baixas - (13.448)			•	31/12/2016 288
Terrenos Imóveis	1/1/16 288 35.640	1.564	61.898	-		(858)	•	31/12/2016 288 98.244
Terrenos Imóveis Móv, Equip, Instal e Benf	1/1/16 288 35.640 1.248.341	1.564 61.974	61.898	(13.448)		(858) (202.796)	•	31/12/2016 288 98.244 1.415.607
Terrenos Imóveis Móv, Equip, Instal e Benf Veículos	1/1/16 288 35.640 1.248.341 1.119	1.564 61.974 308	61.898 321.536	(13.448)		(858) (202.796) (367)	•	31/12/2016 288 98.244 1.415.607 990

16.5 COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

						Controladora
			31/12/2017			31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	625.723	(386.761)	238.962	532.308	(319.024)	213.284
Direito de utilização de imóveis	63.240	(43.302)	19.938	53.428	(40.887)	12.541
Marcas e Patentes	5.609	(83)	5.526	4.538	(83)	4.455
Intangível em andamento	60.099	-	60.099	92.409	-	92.409
Total	754.671	(430.146)	324.525	682.683	(359.994)	322.689

						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Sistemas de Informática	687.805	(409.978)	277.827	567.772	(337.962)	229.810
Direito de utilização de imóveis	83.894	(49.347)	34.547	69.334	(44.926)	24.408
Marcas e Patentes	33.940	(83)	33.857	32.882	(83)	32.799
Outros intangíveis	3.500	(3.500)	-	3.500	(3.500)	-
Intangível em andamento	63.325	· -	63.325	96.548	-	96.548
Ágio Camicado	116.679	_	116.679	116.679	-	116.679
Total	989.143	(462.908)	526.235	886.715	(386.471)	500.244

(2.744)

(79.441)

12.541

4.455 92.409

322.689

16.6 CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO DO INTANGÍVEL

13.680

3.996

35.293

252.653

16.6.1 Controladora

	Saldo em				Provisão		Saldo em
Valor contábil	31/12/2016	Adições	Transf.	Baixas	para Perda	Amort.	31/12/2017
Sistemas de Informática	213.284	974	96.828	(3.800)	(2)	(68.322)	238.962
Direito de utilização de imóveis	12.541	1.837	7.974	-	-	(2.414)	19.938
Marcas e Patentes	4.455	1.071	-	-	-	-	5.526
Intangível em andamento	92.409	75.652	(104.802)	(3.160)			60.099
Total	322.689	79.534		(6.960)	(2)	(70.736)	324.525
	Saldo em				Provisão		Saldo em
Valor contábil	1/1/16	Adições	Transf.	Baixas	para Perda	Amort.	31/12/2016
Sistemas de Informática	199.684	27.320	70.210	(7.233)		(76.697)	213.284

459

128.931

1.605

(7.233)

(71.815)

16.6.2 Consolidado

Marcas e Patentes

Total

Direito de utilização de imóveis

Intangível em andamento

Valor contábil	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transf.	Baixas	Provisão para perda	Amort.	Variação cambial	Saldo em 31/12/2017
Sistemas de Informática	229.810	12.219	112.292	(3.800)	(2)	(72.621)	(71)	277.827
Direito de utilização de imóveis	24.408	3.615	11.041	-	(59)	(4.421)	(37)	34.547
Marcas e Patentes	32.799	1.070	-	(12)	-	-	-	33.857
Outros intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em andamento	96.548	93.179	(123.333)	(3.160)	-	-	91	63.325
Ágio Camicado	116.679		<u></u>					116.679
Total	500.244	110.083		(6.972)	(61)	(77.042)	(17)	526.235

	Saldo em				Provisão		Variação	Saldo em
Valor contábil	1/1/16	Adições	Transf.	Baixas	para perda	Amort.	cambial	31/12/2016
Sistemas de Informática	211.757	36.641	70.444	(7.233)	-	(81.799)	-	229.810
Direito de utilização de imóveis	23.787	752	4.132	-	-	(4.263)	-	24.408
Marcas e Patentes	32.322	477	-	-	-	-	-	32.799
Outros intangíveis	233	=	=	=	=	(233)	=	=
Intangível em andamento	37.019	134.105	(74.576)	-	-	-	-	96.548
Ágio Camicado	116.679							116.679
Total	421.797	171.975		(7.233)		(86.295)		500.244

A Companhia avalia constantemente seus indicadores de performance em cada negócio e por unidade e identificou a necessidade de provisionamento de ativos que não serão mais utilizados no montante de R\$ 12.801 no ativo imobilizado e R\$ 2 no ativo intangível na Controladora e de R\$ 15.334 no ativo imobilizado e R\$ 61 no ativo intangível no Consolidado. Referido montante foi contabilizado na linha de outros resultados operacionais. Neste processo de revisão, não foram identificados quaisquer outros ativos com necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos classificados como mantidos para venda.

17 TESTE DE PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ÁGIO E INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

17.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de impairment.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

17.2 AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2016).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Receitas: projetadas de 2018 a 2027 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- (iii) Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, no qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 13,5% a.a (13,5% a.a em 31 de dezembro de 2016).
- (iv) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 7,5% a.a (7% a.a em 31 de dezembro de 2016).
- (v) A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2017, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "impairment", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil

17.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma

redução de 1 ponto percentual na taxa de desconto e considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Taxa de desconto			Taxa de crescimento perpetuidade			
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%	Cenário Provável	Acréscimo de 0,5%	Redução de 0,5%	
Variação - Fluxo de caixa descontado	13,5%	(138.842)	195.643	7,5%	55.605	(47.050)	

18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

18.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os saldos de empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias, cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

O saldo do empréstimo de capital de giro Lei 4.131 Bacen é mensurado pelo valor justo, utilizando a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado, o qual converte fluxos de caixas futuros em um valor único. O valor justo reflete as expectativas do mercado atual em relação aos valores futuros.

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os contratos são contabilizados como um ativo imobilizado ou intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação ou amortização durante a vida útil econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

18.2 COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

			Control	adora	Consol	idado
Descrições	Taxas anuais ponderados	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional			<u> </u>			
Debêntures	Nota nº 18.3	Nota nº 18.3	873.928	726.145	873.928	726.145
(+/-) swap das debêntures - (i)	Nota nº 18.3	Nota nº 18.3	(1.747)	2.987	(1.747)	2.987
Fundo do Nordeste - FNE - (ii)	6,97% a.a	30.06.2023	13.684	15.634	13.684	15.634
Fundo do Nordeste - FNE - (ii)	9,5% a.a	29.06.2023	19.721	21.199	19.721	21.199
Fundo do Nordeste - FNE - (ii)	11,01% a.a	03.06.2024	2.076	-	2.076	-
Fundo do Nordeste - FNE - (ii)	11,01% a.a	25.07.2024	-	-	927	911
BNDES	SELIC + 2,5% a.a	16.11.2017	-	27.358	-	27.358
BNDES	TJLP + 2,5% a.a	16.11.2017	-	22.052	-	22.052
BNDES - (iii)	SELIC + 2,5% a.a	15.07.2020	12.917	-	12.917	-
BNDES - (iii)	TJLP + 2,12% a.a	15.07.2020	7.678	-	7.678	-
FINEP - (iv)	TJLP + 4% a.a	15.12.2023	18.263	-	18.263	-
Capital de giro - conta garantida - (v)	112,5% CDI	-	-	-	16.234	2.023
Outros empréstimos			1.408	289	1.408	289
Em moeda estrangeira						
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen - (v)	Dólar + 2,5% a.a	15.08.2019	143.865	47.936	143.865	47.936
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen - (v)	Dólar + 2,15% a.a	19.12.2017	-		-	36.046
(+/-) swap - capital de giro (i)	103% CDI	15.08.2019	(4.429)	2.048	(4.429)	5.404
FINIMP	Dólar + 2,74% a.a	23.02.2017	-	18.747	-	18.747
FINIMP	Dólar + 2,62% a.a	13.03.2017	-	46.382	-	46.382
FINIMP	Dólar + 2,76% a.a	31.03.2017	-	16.307	-	16.307
FINIMP	Dólar + 3,01% a.a	24.01.2017	-	-	-	3.347
(+/-) swap - Finimp - (i)	98% CDI	23.02.2017	-	6.019	-	6.019
(+/-) swap - Finimp - (i)	98,6% CDI	13.03.2017	-	7.346	-	7.346
(+/-) swap - Finimp - (i)	98,6% CDI	31.03.2017	-	1.920	-	1.920
(+/-) swap - Finimp - (i)	112% CDI	24.01.2017	-	-	-	215
Total .			1.087.364	962.369	1.104.525	1.008.267
Passivo circulante			363.288	569.486	379.553	615.384
Passivo não circulante			724.076	392.883	724.972	392.883
Total .			1.087.364	962.369	1.104.525	1.008.267

- (i) As operações em moeda estrangeira e debêntures, estão protegidas contra as oscilações, respectivamente, do câmbio e da inflação, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos (swaps).
- (ii) A Companhia firmou contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste através do FNE Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região.
- (iii) A Companhia firmou operação de financiamento da linha Prodesign do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econônico e Social) para investimentos em design por meio do incremento e alteração da estrutura e dos processos de desenvolvimento de produtos.
- (iv) A Companhia firmou operação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos FINEP com o objetivo de custear parcialmente seus projetos de inovação.
- (v) A Companhia firmou contratos nas modalidades de conta garantida e Lei 4.131 Bacen para fins de capital de giro e para investimentos no plano de expansão orgânica.

18.3 DEBÊNTURES

18.3.1 Características das Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %		o Unit. reais)
4ª Emissão - 2º série	84.900	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	R\$	10,00
5ª Emissão - 1º série	220.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	R\$	10,00
5ª Emissão - 2º série	80.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	R\$	10,00
6ª Emissão – série única	400.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	R\$	10,00
7ª Emissão – série única	300.000	13/02/2017	2020	108% CDI	R\$	10,00
8ª Emissão - série única	200.000	04/07/2017	2019	104,5% CDI	R\$	10,00

18.3.2 Composição das Debêntures

As cláusulas contratuais ("covenants") e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual estão demonstradas na nota explicativa nº 8.2.

	Circu	lante	Não Circulante		Total	
Tipo de Emissão	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
4ª Emissão - 2º série		42.066	-	-		42.066
5ª Emissão - 1º série	73.556	74.297	-	73.333	73.556	147.630
5ª Emissão - 2º série	39.846	39.924	37.565	73.045	77.411	112.969
6ª Emissão – série única	207.172	224.095	-	200.000	207.172	424.095
7ª Emissão – série única	9.427	-	300.000	-	309.427	-
8ª Emissão – série única	7.308	-	200.000	-	207.308	-
Custos de estruturação	(547)	(449)	(399)	(166)	(946)	(615)
Swap - 4ª e 5ª Emissão - 2º série	(293)	2.987	(1.454)	-	(1.747)	2.987
TOTAL	336.469	382.920	535.712	346.212	872.181	729.132

18.4 CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DO NÃO CIRCULANTE

18.4.1 Consolidado

Empréstimos	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Debêntures	237.166	300.000					537.166
Fundo do Nordeste - FNE	6.484	6.428	6.426	6.590	3.459	36	29.423
BNDES	7.382	4.310	-	-	-	-	11.692
FINEP	3.557	3.557	3.557	3.557	3.542	-	17.770
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen	140.261	-	-	-	-	-	140.261
(Swap)	(11.340)	-	-	-	-	-	(11.340)
TOTAL	383.510	314.295	9.983	10.147	7.001	36	724.972

18.5 ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Em 31 dezembro de 2017 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 40 meses e taxa média ponderada de 12,68% a.a. (12,79% a.a. em 2016). As licenças poderão ser adquiridas ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil financeiro de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação. Em 31 de dezembro de 2017, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

Controladora e	Consolidado
31/12/2017	31/12/2016
16.836	10.342
41.760	55.374
163.381	164.403
221.977	230.119
(153.191)	(158.101)
68.786	72.018
9.890	2.521
58.896	69.497
68.786	72.018
	31/12/2017 16.836 41.760 163.381 221.977 (153.191) 68.786 9.890 58.896

Em 31 dezembro de 2017 os saldos do imobilizado e intangível arrendado, líquido de depreciação ou amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 58.026 (R\$ 63.281 em 31 de dezembro de 2016).

18.6 CONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS RESULTANTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE FINANCIAMENTO

18.6.1 Empréstimos, debêntures e arrendamento financeiro

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.083.302	1.106.547
Despesas de juros	146.600	150.897
Pagamento de juros	(149.816)	(150.212)
Empréstimos tomados	173.132	216.038
Amortização	(238.870)	(263.024)
Custas de estruturação de debêntures bruta (diferimento)	824	824
Contraprestação de arrendamento	(21.093)	(21.093)
Fluxo de caixa atividades operacional e financiamento	(89.223)	(66.570)
Novos arrendamentos	40.308	40.308
Alterações não caixa	40.308	40.308
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.034.387	1.080.285
Despesas de juros	117.682	120.703
Pagamento de juros	(100.721)	(102.047)
Empréstimos tomados	664.402	864.536
Amortização	(552.064)	(782.630)
Custas de estruturação de debêntures bruta (diferimento)	2.107	2.107
Pagamento de custos de estruturação de empréstimos e debêntures	(1.360)	(1.360)
Contraprestação de arrendamento	(8.283)	(8.283)
Fluxo de caixa atividades operacional e financiamento	121.763	93.026
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.156.150	1.173.311

19 FINANCIAMENTOS - OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS E GARANTIAS

19.1 FINANCIAMENTOS – OPERAÇÕES SERVIÇOS FINANCEIROS

	Encargos	Contro	ladora	Conso	lidado
Financiamentos	médios ponderados %	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e Parcelamento Fatura (a)	6,9% a.m	33.628	42.231	33.628	76.124
Empréstimo Pessoal (b)	11,44 a.m	_	-	45.597	102.753
Conta Garantida (c)	20,7% a.m	1.619	4.131	1.619	174.491
Vendor (d)	20,7% a.m	28.237	19.127	28.237	19.127
Depósito Interfinanceiro (e)	105,7% CDI	_	-	16.007	-
Letras Financeiras (f)	103,25% CDI	-	-	150.768	-
Quotas Sêniors – FIDC Lojas Renner (g)	CDI + 1,08% a.a	-	-	424.280	427.733
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (h)	-	-	-	(2.631)	(4.593)
		63.484	65.489	697.505	795.635
Passivo circulante		63.484	65.489	127.396	378.266
Passivo não circulante		<u> </u>	<u>=</u>	570.109	417.369
Total		63.484	65.489	697.505	795.635

- i. Os valores de "Venda e Parcelamento Fatura" referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, através de CDCI/Vendor, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão").
- ii. Os valores de "Empréstimo Pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela controlada RACC.
- iii. Os valores de "Conta Garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso das vendas realizadas pelo Cartão Renner na Camicado e para financiamento da carteira em atraso do Meu Cartão em 2016.
- iv. Os valores de "Vendor" são realizados através do Convênio para Concessão de Financiamentos Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.
- A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI S.A, contratou Depósito Interfinanceiro junto ao Banco Bradesco S.A em dezembro de 2017 e o prazo previsto de liquidação é de cinco dias. O objetivo dessa captação é suportar a operação do cartão bandeira ("Meu Cartão").

- vi. A Companhia através da sua controlada indireta Realize CFI S.A emitiu no dia 4 de dezembro de 2017, Letras Financeiras para distribuição privada no montante de R\$ 150.000 a um custo de 103,25% CDI, com prazo de liquidação prevista para dois anos após a data da emissão. O objetivo dessa emissão é exclusivamente para curso ordinário dos negócios e capital de giro.
- vii. Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 11), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Loja Renner em maio de 2019.
- viii. Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

19.2 GARANTIAS

A Controladora figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas das seguintes operações citadas abaixo (maiores detalhes nota explicativa nº 19.1):

- a) Vendas e Parcelamento Fatura;
- b) Empréstimo Pessoal;
- c) Conta Garantida; e
- d) Vendor.

20 ALUGUÉIS A PAGAR

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, e estes são classificados como arrendamento mercantil operacional, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 18.5) que é classificado como arrendamento mercantil financeiro.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel da logística possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, estão assim distribuídos:

Período	Controladora	Consolidado
2018	466.797	551.613
2019	464.597	545.793
2020	412.356	487.687
2021	365.825	432.663
após 2022	1.222.997	1.407.306
Total	2.932.572	3.425.062

21 FORNECEDORES

21.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. As operações de compras foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,06% a.m. (1,05% a.m em 31 de dezembro de 2016). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores.

21.2 COMPOSIÇÃO

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Fornecedores comerciais	601.562	504.108	702.392	576.798	
Ajuste a valor presente	(4.386)	(3.887)	(5.372)	(3.887)	
Fornecedores uso e consumo	124.126	95.967	145.234	106.810	
Total	721.302	596.188	842.254	679.721	

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 295.392 (R\$ 337.988 em 31 de dezembro de 2016). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

22 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Control	ladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Salários a pagar	106.786	72.056	115.240	80.174	
Provisão de férias, gratificações e 13º salário	55.489	50.637	63.235	55.894	
Encargos sociais	49.158	39.294	54.863	43.402	
Total	211.433	161.987	233.338	179.470	

A Companhia concede a seus executivos e colaboradores um programa de participação de resultados, que está relacionado ao atingimento do resultado operacional, de metas de vendas, cartões ativados, dentre outras. O reconhecimento deste passivo é contabilizado na conta de salários a pagar e tem sua contrapartida na conta de outros resultados operacionais (vide nota explicativa nº 36).

23 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Imposto de renda e contribuição social	134.024	138.651	177.577	145.623	
ICMS a recolher	177.353	148.280	188.642	157.228	
PIS/COFINS	70.133	81.871	77.764	90.338	
Outros tributos	18.611	8.948	27.017	11.623	
Total	400.121	377.750	471.000	404.812	
Passivo circulante	400.121	377.750	470.989	404.760	
Passivo não circulante	<u> </u>	<u> </u>	11	52	
Total	400.121	377.750	471.000	404.812	

24 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E PASSIVOS CONTINGENTES

24.1 PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. O detalhamento dos valores que estão provisionados em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado abaixo:

	_	Controladora		Consolic	lado
Tributárias		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS - LC 102/2000	(a.1)	4.593	4.627	4.593	4.627
ICMS - Fornecedores inidôneos	(a.2)	9.591	10.830	9.591	10.830
ICMS - Antecipado RS	(a.3)	4.950	4.477	4.950	4.477
ICMS - Glosa de créditos de terceiros	(a.4)	1.140	1.260	1.140	1.260
ICMS - Obrigação Acessória	(a.5)	-	-	1.041	1.001
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005		-	9.783	-	9.783
FAP/SAT	(a.6)	-	-	3.578	3.332
IRPJ/CSLL - JSCP exerc.anteriores	(a.7)	1.522	1.369	1.522	1.369
INSS/IRRF - Parcelas não salariais	(a.8)	2.094	1.967	2.094	1.967
PIS/Cofins - Comp.não homologadas		-	2.043	-	2.043
Outras Provisões		5.756	4.900	6.945	5.717
(-) Depósitos Judiciais	24.1.2	(5.552)	(5.718)	(9.371)	(9.050)
		24.094	35.538	26.083	37.356
Cíveis	24.1.3	18.155	20.091	20.654	20.188
Trabalhistas	24.1.3	14.428	12.574	15.342	13.468
		56.677	68.203	62.079	71.012
Classificadas como:					
Passivo Circulante		32.583	32.665	35.996	33.656
Passivo Não Circulante		24.094	35.538	26.083	37.356
Total		56.677	68.203	62.079	71.012

As provisões de natureza tributária mais significativas referem-se a processos em que a Companhia e suas subsidiárias discutem:

- (a.1) Direito a crédito de ICMS sobre energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado (LC 102/2000);
- (a.2) Direito à manutenção de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias de fornecedores reputados pelo Fisco como inidôneos;
- (a.3) Cobrança de ICMS diferencial de alíquota antecipado na entrada de mercadorias no Estado do RS;
- (a.4) Glosa de créditos de ICMS adquiridos de terceiros no Estado do RJ;
- (a.5) Multa por suposto descumprimento de obrigação acessória (memória fita detalhe de ECFs);
- (a.6) Aumento da alíquota do SAT e a instituição do FAP;
- (a.7) Glosa de despesa com pagamento de JSCP calculado com base no patrimônio líquido de exercício anterior; e
- (a.8) Cobrança de INSS/IRRF sobre parcelas não salariais, que no entendimento do fisco teriam natureza salarial.

24.1.1 Classificação de Perda das Provisões Tributárias

Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com os seus assessores jurídicos. Abaixo segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2017:

	Control	adora	Consolidado		
Classificação de Perda	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Possível	25.169	25.249	30.977	30.399	
Provável	4.477	16.007	4.477	16.007	
(-) Depósitos Judiciais	(5.552)	(5.718)	(9.371)	(9.050)	
Total	24.094	35.538	26.083	37.356	

24.1.2 Depósitos Judiciais

	Controlo	ıdora	Consolidado		
Depósitos Judiciais	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Contingenciados	5.552	5.718	9.371	9.050	
Não Contingenciados	10.530	10.383	10.615	10.444	
Total	16.082	16.101	19.986	19.494	

24.1.3 Provisões cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista e trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

24.2 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

	-				Controladora
Natureza	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	TOTAL
Saldos em 1/1/2017	20.091	12.574	41.256	(5.718)	68.203
(+/-) Provisões / (Reversões)	(1.936)	1.854	(9.251)	166	(9.167)
(-) Atualização	· · ·	-	(2.359)	-	(2.359)
Saldos em 31/12/2017	18.155	14.428	29.646	(5.552)	56.677
					Consolidado
				(-) Depósitos	
Natureza	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Judiciais	TOTAL
Saldos em 1/1/2017	20.188	13.468	46.406	(9.050)	71.012
(+/-) Provisões / (Reversões)	466	1.874	(8.734)	(321)	(6.715)
(-) Atualização	-	-	(2.218)		(2.218)
Saldos em 31/12/2017	20.654	15.342	35.454	(9.371)	62.079

24.3 PASSIVOS CONTINGENTES

24.3.1 Passivos contingentes tributários

Em 31 de dezembro de 2017, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 354.607 na Controladora e R\$ 367.244 no Consolidado (R\$ 354.269 na Controladora e R\$ 365.218 no Consolidado em 31 de dezembro de 2016).

24.3.1.1 ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o primeiro trimestre de 2017, antes da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando do julgamento do leading case com repercussão geral sobre a exclusão do ICMS base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia ajuizou medidas judiciais para as empresas Lojas Renner S.A, Maxmix Comercial Ltda., e Fashion Business Comércio de Roupas Ltda., que objetivam suspender a exigibilidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das referidas contribuições, aplicável às parcelas vincendas a partir da decisão do STF. Caso o STF, venha a aplicar o mecanismo da modulação de efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituições de provisões sobre este tema no futuro. Em relação às competências anteriores ao julgamento do leading case, a Companhia aguarda o trânsito em julgado das ações judiciais sobre o tema, atualmente em tramitação, cuja probabilidade de ganho é avaliada por seus assessores jurídicos como provável quanto ao mérito e quanto à obtenção de efeitos patrimoniais a partir da data da decisão do STF (15 de março de 2017), e possível quanto à obtenção de efeitos patrimoniais em relação a competências anteriores à data da decisão do STF, dado o estágio atual dos processos, em razão da inexistência de decisão sobre eventual modulação de efeitos.

24.3.1.2 PERT

Em agosto de 2017, a Companhia incluiu no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, contingências que versavam sobre:

- i. cobrança de IRPJ/CSLL recolhidos a menor por força da consideração de dispêndios considerados pelo MCTI como não relacionados à inovação tecnológica (Lei 11.196/2005); e
- ii. compensação não homologada de créditos de PIS reconhecidos em ação judicial.

Ambos os processos foram incluídos na modalidade de pagamento à vista "Demais Débitos Administrados pela RFB", com entrada de 20% do débito, sem reduções e o restante para ser liquidado até janeiro de 2018. Os valores, após a aplicação dos descontos somaram R\$ 10.640 mil.

24.3.2 Passivos contingentes cíveis

A Companhia discutiu judicialmente um processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. Em 12 de setembro de 2017, ocorreu o julgamento dos Recursos Especiais de ambas as partes no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mantendo a decisão que determinou que a Companhia se abstenha de utilizar a marca "Renner" para serviços financeiros. A referida decisão foi publicada em 23 de outubro de 2017, após, os autos foram remetidos para o STF, que julgou o agravo contra negativa de seguimento do Recurso Extraordinário, sendo mantida definitivamente a decisão.

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, com a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações e empréstimos do exterior, e, também, de proteção do risco de taxa de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com sua natureza e finalidade.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro não derivativo quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. E a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é cancelada ou expirada.

25.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como hedge de fluxo de caixa.

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

25.1.1 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos.

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

25.1.2 Swap

Nas operações de swap, não designadas para hedge accounting, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

25.2.1 Controladora

Ativos financeiros	Valor justo instrumento de hedge	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	_	981.014			981.014
Contas a receber de clientes	-	1.131.448	-	-	1.131.448
FIDC Lojas Renner	-	182.000	-	-	182.000
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	5.822	-	-	-	5.822
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(2.944)	-	-	-	(2.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(137.689)	(949.675)	(1.087.364)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(63.484)	(63.484)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	(68.786)	(68.786)
Fornecedores	-	-	-	(721.302)	(721.302)
Obrigações com administradoras de cartões	_			(38.631)	(38.631)
Total em 31 de dezembro de 2017	2.878	2.294.462	(137.689)	(1.841.878)	317.773
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	_	711.186	_	_	711.186
Contas a receber de clientes	_	1.032.156	_	_	1.032.156
FIDC Lojas Renner	_	182.000	-	_	182.000
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	359	-	-	_	359
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(54.861)	-	-	-	(54.861)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	· -	-	(149.692)	(812.677)	(962.369)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(65.489)	(65.489)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	(72.018)	(72.018)
Fornecedores	-	-	-	(596.188)	(596.188)
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(6.110)	(6.110)
Total em 31 de dezembro de 2016	(54.502)	1.925.342	(149.692)	(1.552.482)	168.666

25.2.2 Consolidado

Ativos financeiros	Valor justo instrumento de hedge	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Designados a valor justo	Outros Passivos Financeiros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.059.873	-	-	1.059.873
Aplicações financeiras	-	50.782	-	31.578	-	82.360
Contas a receber de clientes	-	-	2.644.258	-	-	2.644.258
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	6.917	-	-	-	-	6.917
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(3.137)	-	-	-	-	(3.137)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(137.689)	(966.836)	(1.104.525)
Financiamentos - operações serviços financeiros	=	=	=	=	(697.505)	(697.505)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	=	(68.786)	(68.786)
Fornecedores	=	=	=	=	(842.254)	(842.254)
Obrigações com administradoras de cartões					(524.581)	(524.581)
Total em 31 de dezembro de 2017	3.780	50.782	3.704.131	(106.111)	(3.099.962)	552.620
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	_	_	793.056	101.825	_	894.881
Contas a receber de clientes	_	_	2.209.271	-	_	2.209.271
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	366	_		_	_	366
Passivos financeiros	-	_	_	_	_	
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	(57.530)	_	_	_	_	(57.530)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	_	-	(192.656)	(815.611)	(1.008.267)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	_	=.	-	(795.635)	(795.635)
Arrendamento mercantil financeiro	=	-	-	-	(72.018)	(72.018)
Fornecedores	=	-	-	-	(679.721)	(679.721)
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	-	(291.891)	(291.891)
Total em 31 de dezembro de 2016	(57.164)		3.002.327	(90.831)	(2.654.876)	199.456

25.3 MENSURAÇÃO E HIERARQUIA DOS VALORES JUSTOS

A Companhia utiliza a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado para mensurar os valores justos dos ativos e passivos financeiros. A técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado calcula o valor justo com base no valor presente dos fluxos de caixas estimados. As estimativas dos fluxos de caixas são baseadas em cotações futuras de mercado. Para os ativos e passivos

financeiros não mensurados ao valor justo, cujos os saldos contábeis são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não apuramos os valores justos conforme previsto no CPC 40/IFRS 7.

Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no "Nível 2" de hierarquia do valor justo:

25.3.1 Valores Justos

		Controladora		Conso	<u>lidado</u>
Ativos e passivos financeiros	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Equivalentes de caixa	8.2	-	-	-	101.825
Aplicações financeiras	8.3	-	-	82.360	-
Capital de giro - Lei 4.131 Bacen	18.2	(143.865)	(47.936)	(143.865)	(83.982)
Debêntures (i)	18.2	(864.644)	(619.400)	(864.644)	(619.400)
Arrendamento mercantil financeiro (i)	18.3	(70.188)	(70.943)	(70.188)	(70.943)
Financiamentos - operações serviços financeiros (i)	19.1	(66.534)	(65.842)	(695.324)	(786.682)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	25.5.1	2.878	(54.502)	3.780	(57.164)
Swaps	25.5.2	(6.176)	20.320	(6.176)	23.891
TOTAL		(1.148.529)	(838.303)	(1.694.057)	(1.492.455)

(i) A Companhia mensura para fins de divulgação o valor justo das debêntures, arrendamento mercantil financeiro e financiamentos – operações serviços financeiros.

Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivativos de preços).

25.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia tem utilizado como instrumento de hedge para sua exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo Non-Deliverable Forward (NDF) e swap.

As informações sobre as operações com derivativos estão segregadas entre designados para hedge accounting (hedge de fluxo de caixa) e não designados para hedge accounting.

No quadro abaixo, demonstramos a composição dos derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Controladora e no Consolidado:

	Contro	ladora	Consol	idado
Categoria	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Designado p/hedge accounting	2.878	(54.502)	3.780	(57.164)
Não designado p/hedge accounting	1.747	(2.987)	1.747	(2.987)
Não designado p/hedge accounting	4.429	(2.048)	4.429	(5.404)
Não designado p/hedge accounting		(15.285)		(15.500)
Total	9.054	(74.822)	9.956	(81.055)
Ativo circulante	5.822	359	6.917	366
Passivo circulante	(8.108)	(75.181)	(8.301)	(81.421)
Passivo não circulante	11.340		11.340	
Total	9.054	(74.822)	9.956	(81.055)
	Designado p/hedge accounting Não designado p/hedge accounting Não designado p/hedge accounting Não designado p/hedge accounting Total Ativo circulante Passivo circulante Passivo não circulante	Categoria31/12/2017Designado p/hedge accounting2.878Não designado p/hedge accounting1.747Não designado p/hedge accounting4.429Não designado p/hedge accounting-Total9.054Ativo circulante5.822Passivo circulante(8.108)Passivo não circulante11.340	Designado p/hedge accounting 2.878 (54.502) Não designado p/hedge accounting 1.747 (2.987) Não designado p/hedge accounting 4.429 (2.048) Não designado p/hedge accounting - (15.285) Total 9.054 (74.822) Ativo circulante 5.822 359 Passivo circulante (8.108) (75.181) Passivo não circulante 11.340 -	Categoria 31/12/2017 31/12/2016 31/12/2017 Designado p/hedge accounting 2.878 (54.502) 3.780 Não designado p/hedge accounting 1.747 (2.987) 1.747 Não designado p/hedge accounting 4.429 (2.048) 4.429 Não designado p/hedge accounting - (15.285) - Total 9.054 (74.822) 9.956 Ativo circulante 5.822 359 6.917 Passivo circulante (8.108) (75.181) (8.301) Passivo não circulante 11.340 - 11.340

Os swaps estão contemplados na linha de empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizando R\$ 6.176 na Controladora e no Consolidado (R\$ 20.320 na Controladora e R\$ 23.891 no Consolidado em 31 de dezembro de 2016). Essa divulgação está de acordo com o CPC 40/IFRS 7.

25.4.1 Derivativos designados para hedge accounting

25.4.1.1 NDF (Non-Deliverable Forward)

	Instrumento de	Objeto de Hedge			
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 1/1/2018 a 30/11/2018	NDF	152.753	2.878	Pedido de Importações	De 1/1/2018 a 30/11/2018
Total Controladora		152.753	2.878		
De 1/1/2018 a 30/09/2018	NDF	22.823	902	Pedido de Importações	De 1/1/2018 a 30/09/2018
Total Consolidado		175.576	3.780	, ,	

(*) A metodologia de precificação de Non-Deliverable Forward é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da B3.

Durante o exercício, as operações de hedge com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (Non-Deliverable Forward) foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 40/IAS 39.

25.4.1.2 Fluxo de caixa

Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente nos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência o dólar esperado para a próxima divulgação que é de R\$ 3,3356:

	1T18	2T18	3T18	4T18	Total
Pedidos de importação de mercadoria de revenda (R\$ mil)	318.490	194.045	67.779	5.337	585.651
Valor Nocional US\$ mil	95.482	58.174	20.320	1.600	175.576

25.4.2 Derivativos não designados para hedge accounting

25.4.2.1 Swaps

			Ponta	Ponta		Valor a rece	eber (pagar)
Tipo	Instrumento	Vencimento	Ativa	Passiva	Notional	31/12/2017	31/12/2016
Swap de juros	Deb. 4ª emissão 2ª série	Nota nº 18.3	IPCA + 7,8% a.a	116,25% CDI	R\$ 97.581	-	(778)
Swap de juros	Deb. 5ª emissão 2ª série	Nota nº 18.3	IPCA + 5,7% a.a	98,7% CDI	R\$ 95.513	1.747	(2.209)
Swap cambial	Capital de giro - Lei 4.131	27.06.2017	US\$ + 1,79% a.a	98,5% CDI	\$ 14.749	-	(2.048)
Swap cambial	Capital de giro - Lei 4.131	15.08.2019	US\$ + 2,55% a.a	103% CDI	\$ 43.550	4.429	
Swap cambial	Finimp (1° contrato)	23.02.2017	US\$ + 2,74% a.a	98% CDI	\$ 5.634	-	(6.019)
Swap cambial	Finimp (2º contrato)	13.03.2017	US\$ + 2,51% a.a	98,5% CDI	\$ 14.240	-	(7.346)
Swap cambial	Finimp (3° contrato)	31.03.2017	US\$ + 2,57% a.a	98,5% CDI	\$ 5.010	-	(1.920)
				TOTAL -	Controladora	6.176	(20.320)
Swap cambial	Capital de giro - Lei 4.131	13.06.2017	US\$ + 4,08% a.a	110,15% CDI	\$ 5.763	-	(2.416)
Swap cambial	Capital de giro - Lei 4.131	30.01.2017	US\$ + 2,89% a.a	109,4% CDI	\$ 5.089	-	(940)
Swap cambial	Finimp	24.01.2017	US\$ + 3,01% a.a	112% CDI	\$ 1.015	-	(215)
				TOTAL -	Consolidado	6.176	(23.891)

25.4.2.2 Movimentação dos swaps

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(20.320)	(23.891)
Liquidação de Principal	22.272	27.120
Pagamento de juros	5.721	5.721
Despesa valor justo	(1.497)	(2.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.176	6.176

25.5 RISCO DE CRÉDITO

Os ratings dos derivativos estão de acordo com as principais agências de classificações de risco. Abaixo demonstramos a qualidade do crédito dos instrumentos financeiros derivativos ativo em 31 dezembro de 2017:

	Consolidae	do
Rating - Escala Nacional	31/12/2017	31/12/2016
brAA-	6.789	348
(*) N/a	128	18
Total – Instrumento financeiro derivativo (ativo)	6.917	366

^(*) Não aplicável, pois não consta classificação de rating na escala nacional. Com relação a escala global, a classificação de rating é A+.

26 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Control	ladora	Consol	idado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	3.214	4.203	4.903	11.100
Obrigações com clientes (b)	18.317	15.307	40.749	29.250
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	8.712	10.936	9.021	11.202
Repasse operação de produtos financeiros (d)	14.616	15.929	-	-
Outras obrigações (e)	21.039	14.042	22.008	14.221
Total	65.898	60.417	76.681	65.773
Passivo circulante	63.673	57.203	74.252	62.265
Passivo não circulante	2.225	3.214	2.429	3.508
Total	65.898	60.417	76.681	65.773

- (a) Referem-se a antecipação de receita de convênio da folha de pagamento junto a instituição financeira e prêmio de incentivo do cartão bandeira.
- (b) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (c) Adiantamentos relacionados a prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse à empresa seguradora.
- (d) Referem-se aos repasses do convênio de empréstimo pessoal e repasses de saldos de operações do Meu Cartão.
- (e) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, entre outros.

27 PARTES RELACIONADAS

A Companhia, as controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

27.1 CONTEXTO CONTROLADORA

27.1.1 Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 209 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 81 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 69 ao mês. Os referidos contratos têm prazo de validade de 10 anos, sujeitos a renovação.

27.1.2 Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua controlada, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

27.1.3 Utilização do Cartão Renner e do "Meu Cartão" na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão nas lojas da Camicado.

27.1.4 Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Como forma de otimizar a estrutura corporativa colocada à disposição da gestão dos negócios, a Lojas Renner e suas controladas tem celebrado entre si convênios de compartilhamento de estruturas, focadas principalmente no compartilhamento das estruturas de back-office e corporativa.

27.1.5 Intermediação de importação

A controladora efetua operações comerciais com sua controlada Lojas Renner Shanghai *Trading Co. Ltd.,* que atua como intermediadora de importações. Tal operação está em linha com a estratégia da Companhia de maior aproximação e

desenvolvimento da sua base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado.

27.1.6 Exportação de mercadorias e serviços

A controladora efetua operações comerciais com sua controlada Lojas Renner Uruguay S.A. relacionadas a exportação de mercadorias com o objetivo de formação de estoques para fazer frente às operações de varejo no país. Além disto, a controladora também realiza a exportação de serviços para esta subsidiária, como parte do acordo de compartilhamento de despesas corporativas. Todas as operações comerciais realizadas com a controlada são precificadas considerando as condições de mercado.

27.2 CONTEXTO CONSOLIDADO

27.2.1 Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2017 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 39.000 (trinta e nove milhões) para o exercício social de 2017. Tal valor é composto por verbas que incluem a remuneração fixa dos administradores, a remuneração variável onde soma-se além das participações em reuniões, a participação estatutária (art. 34 do Estatuto Social e parágrafo 1º do art. 152 da Lei 6.4047/76) e por fim, as despesas com os planos de opção de compra de ações e ações restritas (notas explicativas nº 31 e 32).

Abaixo demonstramos a remuneração dos administradores:

Remuneração dos administradores
Participação dos administradores
Plano de opção de compra de ações
Plano de ações restritas
TOTAL

Controlac	lora	Consolidado			
2017	2016	2017	2016		
11.424	9.797	12.215	9.797		
10.551	6.734	10.551	6.734		
15.233	13.062	15.233	13.062		
3.012	528	3.012	528		
40.220	30.120	41.011	30.120		

O montante global de remuneração dos administradres é impactado pela apuração de indicadores operacionais e financeiros que são refletidos nos resultados da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os valores apurados superam o limite global fixado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2017, razão pela qual será submetido para deliberação e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de abril de 2018.

27.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.3.1 POLÍTICA CONTÁBIL

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

27.3.2 Saldos com empresas ligadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

Operação - Ativo (Passivo)	Renner Adm. de Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd	Realize Participações S.A.	Lojas Renner Uruguay S.A	Realize CFI S.A.	Total
Contas a receber	Oreano Eraa.			<u> </u>		0.71	0.74	0110.74.	10.0.
Exportação de mercadorias para revenda	-	-	-	-	-	-	9.153	-	9.153
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	-	-	-	-	-	-	-	178.711	178.711
Crédito com partes relacionadas									
Compartilhamento de despesas	-	-	395	970	6.167	1	78	7.319	14.930
Passivo a descoberto	-	-	-	-	(2.419)	-	-	-	(2.419)
Débito com partes relacionadas									
Operações com empréstimo pessoal	(2.513)	-	-	-	-	-	-	-	(2.513)
Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	(40)	-	-	11	(29)
Aluguéis a pagar	-	(1.085)	(116)	-	-	-	-	-	(1.201)
Obrigações com administradoras de cartões									
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	(26.040)	-	-	-	-	-	-	(12.591)	(38.631)
Outros ativos									
Correspondente bancário - empréstimo pessoal	-	-	-	-	-	-	-	638	638
Outras obrigações									
Operações com cartão Renner (Private Label)			(14.616)						(14.616)
Total em 31 de dezembro de 2017	(28.553)	(1.085)	(14.337)	970	3.708	1	9.231	174.088	144.023
Contas a receber									
Operações com cartão bandeira (Meu Cartão)	56.921	-	-	-	-	-	-	-	56.921
Crédito com partes relacionadas									
Compartilhamento de despesas	3.275	-	176	254	4.217	-	-	-	7.922
Passivo a descoberto	-	-	-	-	(2.059)	-	-	-	(2.059)
Débito com partes relacionadas									
Operações com empréstimo pessoal	(1.980)	-	-	-	-	-	-	-	(1.980)
Compartilhamento de despesas	-	- (1,000)	-	-	(53)	-	-	-	(53)
Aluguéis a pagar	-	(1.098)	(21)	-	-	-	-	-	(1.119)
Obrigações com administradoras de cartões	(/ 110)								(/ 110)
Operações com cartão bandeira	(6.110)	-	-	-	-	-	-	-	(6.110)
Outras obrigações			(15,000)						(15.000)
Operações com cartão Renner (<i>Private Label</i>) Total em 31 de dezembro de 2016	52.106	- (1,000)	(15.928)		2 105				(15.928)
ioiai em 31 de dezembro de 2016	52.106	(1.098)	(15.773)	254	2.105				37.594

27.3.3 Transações com empresas ligadas

2 1	1/1	2	/20	١1	7
. J	I / I	Z	Zι	JΙ	,

Natureza da receita (despesa)	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Co.Ltd.	Lojas Renner Uruguay S.A	Realize CFI S.A.	Total
Rateio de despesas corporativas	29.435	64	3.555	3.914	1.310	-	7.582	45.860
Comissão de intermediação	-	-	-	-	(6.427)	-	-	(6.427)
Despesa c/ aluguéis de imóveis	-	(7.169)	-	-	-	-	-	(7.169)
Receita c/ prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.680	7.359	9.039
Rendimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	1.383	1.383
Exportação de mercadorias	-	-	-	-	-	15.296	-	15.296
Venda de Imobilizado e Intangível							4.493	4.493
Total	29.435	(7.105)	3.555	3.914	(5.117)	16.976	20.817	62.475

31/12/2016

Natureza da receita (despesa)	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Co.Ltd.	Lojas Renner Uruguay S.A	Realize CFI S.A.	Total
Rateio de despesas corporativas	46.568	54	1.855	1.924	4.217			54.618
Comissão de intermediação	-	-	-	-	(5.873)	-	-	(5.873)
Despesa c/ aluguéis de imóveis	<u> </u>	(7.092)		<u> </u>	<u>-</u>			(7.092)
Total	46.568	(7.038)	1.855	1.924	(1.656)		<u> </u>	41.653

28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 CAPITAL SOCIAL

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.237.500.000 (hum bilhão, duzentas e trinta e sete milhões e quinhentas mil) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da B3 e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

28.1.1 Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

	Quant. de ações (mil)	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2016	640.041	1.136.124
Aumento de capital, RCA de 24.05, 24.08 e 17.11	3.510	42.244
Saldo em 31 de dezembro de 2016	643.551	1.178.368
Aumento de capital, RCA de 17.05, 17.08 e 16.11	5.329	60.678
Incorporação reserva de capital	-	237.849
(*) Aumento bonificação de ações (Incorporação reservas de lucros)	64.355	1.080.001
Saldo em 31 de dezembro de 2017	713.235	2.556.896

(*) Em 3 de maio de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a bonificação de ações, a razão de 10% (dez por cento), que correspondeu a emissão de 64.355.058 (sessenta e quatro milhões e trezentos e cinquenta e cinço mil e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, sendo 1 (uma) nova ação ordinária para cada 10 (dez) ações ordinárias possuídas nesta data, com um custo unitário atribuído de R\$ 16,78.

28.2 AÇÕES EM TESOURARIA

Abaixo demonstramos o saldo das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017:

Descrições	Quantidade (mil)	Custo médio R\$ por ação	Total
1º Programa de Recompra	1.000	19,01	19.021
2º Programa de Recompra	363	24,29	8.836
Aumento bonificação de ações (vide nota nº 28.1.1)	137	-	-
Total	1.500	18,57	27.857

28.3 RESERVAS DE CAPITAL

28.3.1 Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. R\$ 106.660 e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. R\$ 11.505, ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente. Em 3 de maio de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade do saldo de reservas de ágio no montante de R\$ 118.165 para o capital social da Companhia.

28.3.2 Reserva de plano de opção de compra de ações e ações restritas

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações e ações restritas, conforme descrito nas notas explicativas nº 31 e nº 32. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de

acionistas (AGE). Em 3 de maio de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária a incorporação do saldo das reservas de plano de opção de compra de ações exercidas no montante de R\$ 119.684 para o capital social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 94.285 (R\$ 180.124 em 31 de dezembro de 2016).

28.4 RESERVAS DE LUCROS

28.4.1 Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. Em 3 de maio de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária a bonificação de ações através da incorporação da totalidade do saldo da reserva legal no montante de R\$ 123.718 para o capital social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 36.634 (R\$ 123.718 em 31 de dezembro de 2016).

28.4.2 Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia. Em 3 de maio de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária a bonificação de ações através da incorporação de parte do saldo da reserva para investimento e expansão no montante de R\$ 956.283 para o capital social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 439.472 (R\$ 1.016.451 em 31 de dezembro de 2016).

28.4.3 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido, com seus respectivos impactos no resultado, tendo auferido, no exercício de 2017, o montante de R\$ 23.669 na Controladora. A Administração da Companhia, tendo em vista a publicação da Lei Complementar 160/17, está destinando estes incentivos como reserva de incentivos fiscais, o que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 19 de abril de 2018. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendos e somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei 6.404/76.

28.4.4 Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante é submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 96.247.

28.5 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge accounting de fluxo de caixa. O montante dos ajustes registrados representa um saldo acumulado de ganho, líquido dos impostos, no montante de R\$ 4.100 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 37.825 de perda, líquida de impostos em 31 de dezembro de 2016) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

29 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

29.1 POLÍTICA CONTÁBIL

O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 14.5).

29.2 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2018, a distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício de 2017, complementando em R\$ 96.141, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2018. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 40% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

Base de cálculo dos dividendos e JSCP ajustada	2017	2016
Lucro líquido do exercício	732.679	625.058
(-) Reserva legal	(36.634)	(31.253)
(-) Reserva incentivos fiscais	(23.669)	<u> </u>
Lucro líquido do exercício ajustado	672.376	593.805
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	168.094	148.451
Valor adicional ao mínimo na forma de JSCP	28.837	24.905
Dividendo adicional proposto (sem dividendo preescrito)	96.141	76.667
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	293.072	250.023
Percentual distribuído sobre o lucro líquido do exercício	40%	40%

Apresentamos abaixo, o demonstrativo da proposta de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2017:

			Ações em	Controladora e Consolidado			
Período	Natureza	Pagamento	circulação (mil)	R\$/ação	31/12/2017	R\$/ação	31/12/2016
1° Trimestre	(*) JSCP	Abril/2018	642.187	0,07476	48.010	0,06365	40.700
2º Trimestre	(*) JSCP	Abril/2018	709.646	0,06474	45.945	0,06418	41.171
3° Trimestre	(*) JSCP	Abril/2018	711.486	0,07041	50.094	0,06981	44.836
4° Trimestre	(*) JSCP	Abril/2018	711.735	0,07430	52.882	0,07260	46.649
4° Trimestre	(*) Dividendos	Abril/2018	711.735	0,13508	96.141	0,11940	76.667
4° Trimestre	(*) Dividendos prescritos	Abril/2018	711.735	0,00015	106	0,00020	149
			Total	0,41944	293.178	0,38974	250.172

^(*) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as ações em tesouraria.

Em adição à parcela de 40% do lucro líquido do exercício de R\$ 293.072 (R\$ 250.023 em 31 de dezembro de 2016), estão sendo destinados também R\$ 106 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2016) referentes a redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

30 LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora e	Consolidado
Numerador básico/diluído	2017	2016
Lucro líquido do exercício	732.679	625.058
Média ponderada de ações ordinárias	688.745	684.288
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	8.413	5.582
Lucro líquido básico por ação - R\$	1,0638	0,9134
Lucro líquido diluído por ação - R\$	1,0510	0,9061

(*) Em 3 de maio de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a bonificação de ações, a razão de 10% (dez por cento). Portanto, para fins de atendimento à norma contábil CPC 41 lucro por ação, recalculamos o lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

31 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

31.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Atualmente, a Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações com um total de seis programas e duas outorgas contratuais em andamento. Segue abaixo o detalhamento das características dos planos de opção de compra de ações:

31.2 1° PLANO (PROGRAMAS DE 2005 ATÉ 2015 E OUTORGAS CONTRATUAIS)

Todas as outorgas de opções de compra de ações realizadas até 2015 estão sob a vigência do plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009. Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos (1º tranche) de sua respectiva outorga, e o restante (2º tranche), após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga).

Em 05 de março de 2014, foi aprovada uma outorga contratual de opções do Diretor Presidente, a qual prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo e do terceiro aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado de uma parcela de 30% das opções em cada aniversário, sendo que o saldo de 40% poderá ser exercido a partir do último trimestre do quarto ano a contar da data da assinatura do contrato, e desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador Total Shareholder Return (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

31.3 2° PLANO (PROGRAMAS DE 2016 E 2017 E OUTORGA CONTRATUAL)

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um novo plano de opção de compra de ações. Cada programa terá quatro tranches, sendo que 25% torne-se exercível após o decurso de um ano e assim sucessivamente. Em 9 de fevereiro de 2017, foi aprovada uma outorga contratual de opções ao Diretor Presidente, a qual prevê as mesmas condições das outorgas do 2º Plano de Opções de Compra de Ações.

31.4 CARACTERÍSTICAS EM COMUM PARA OS PLANOS

Ambos os planos preveem a supervisão do Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. Os planos preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis, condição esta restrita ao desligamento que ocorrer em até 12 meses no caso do plano aprovado em 2015.

31.5 POSIÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

		(*) Valor						Posição das Ou	torgas (Quant.)
Plano de Opções (data de aprovação)	Outorgas	de Exercício	Data da Outorga	Carência 1º tranche	Carência 2º tranche	Carência 3º tranche	Carência 4º tranche	(*) Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
1º plano - maio/05	8° outorga	10,03	06/02/2012	05/02/2015	05/02/2016	-			181
1° plano - maio/05	9° outorga	14,19	22/02/2013	22/02/2016	21/02/2017	-	-	240	1.233
1° plano - maio/05	10° outorga	10,21	19/02/2014	18/02/2017	18/02/2018	-	-	1.902	3.105
1° plano - maio/05	Outorga contratual	10,16	05/03/2014	04/03/2016	04/03/2017	30/09/2017	-	3.312	5.013
1° plano - maio/05	11° outorga	13,25	12/02/2015	11/02/2018	11/02/2019	-	-	3.168	2.992
1º plano - maio/05	11° outorga compl.	15,83	16/04/2015	15/04/2018	15/04/2019	-	-	28	25
								8.650	12.549
2º plano - set/15	1° outorga	15,40	04/02/2016	03/02/2017	03/02/2018	03/02/2019	03/02/2020	1.725	1.937
2º plano - set/15	2° outorga	21,71	09/02/2017	09/02/2018	09/02/2019	09/02/2020	08/02/2021	1.521	-
2º plano - set/15	Outorga contratual	21,71	09/02/2017	09/02/2018	09/02/2019	09/02/2020	08/02/2021	1.564	-
							Total	13.460	14.486

(*) Em 3 de maio de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a bonificação de ações a razão de 10% (dez por cento), sendo 1 (uma) nova ação ordinária para cada 10 (dez) ações ordinárias possuídas nesta data. Como consequência da bonificação e para manter as bases originais acordadas no momento da outorga foram ajustadas as quantidades de opções ainda não exercidas, bem como o valor de exercício.

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 35,49 (R\$ 23,17 em 31 de dezembro de 2016).

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, existiam 13.460 mil opções in the Money. Demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016):

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
Valor do Patrimônio Líquido	3.223.446	2.636.796
Quantidade de ações – mil	713.235	643.551
Valor patrimonial da ação – R\$	4,52	4,10
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções in the Money	3.415.890	2.825.815
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções in the Money	726.695	658.037
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções in the Money	4,70	4,29
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções in the Money	1,85%	2,20%

31.6 PREMISSAS PARA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- (a) Valor de exercício da opção: corresponde a taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A antes da data da outorga.
- (b) Volatilidade do preço das ações da Companhia: corresponde a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- (c) Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- (d) Dividendo esperado: esse percentual corresponde ao pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação da Companhia na data da outorga.
- (e) Prazo do direito de aquisição: representa o limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

31.7 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

	Quantidade
	(em milhares)
Saldo em 1° de janeiro de 2016	16.540
Opções outorgadas	2.047
Opções exercidas	(3.511)
Opções canceladas	(590)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.486
Opções outorgadas	2.816
Opções exercidas	(5.329)
Opções canceladas	(229)
(*) Efeito da bonificação de ações	1.716
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.460

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 27.638 (R\$ 24.044 em 31 de dezembro de 2016) na Controladora e no Consolidado.

32 PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

32.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga. A provisão dos encargos sociais é atualizada mensalmente de acordo com o valor de fechamento da ação da Companhia.

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um Plano de Ações Restritas. O plano é administrado pelo Comitê de Pessoas da Companhia ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). O plano prevê que os membros do Comitê e do Conselho não serão elegíveis às Ações Restritas objeto do plano.

32.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

Para fins deste plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas. As ações restritas a serem outorgadas aos participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia.

As outorgas de ações restritas serão outorgadas periodicamente em benefício de diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas que ocupem cargos estratégicos para os negócios, assim identificados pelo Comitê. A transferência definitiva das ações restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de um prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar com o vínculo com a Companhia,

caso contrário, as outorgas serão canceladas. Todas as ações restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, tornar-se-ão devidas e serão transferidas aos titulares, herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria.

No caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do plano por iniciativa da Companhia, todas as ações restritas atribuídas ao respectivo participante e que ainda estejam dentro do exercício de carência, serão transferidas ao participante, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 9 de fevereiro de 2017 foi aprovado uma outorga contratual de ações restritas ao Diretor presidente em função da prorrogação do seu contrato. A outorga contratual possui as mesmas condições de exercício e carência das demais outorgas vigentes.

32.3 POSIÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

	Data da	Carência	(*) Posição das O	(*) Posição das Outorgas (Quant.)	
Outorgas	Outorga	1° tranche	31/12/2017	31/12/2016	
1° outorga	04/02/16	03/02/19	484	453	
2° outorga	09/02/17	09/02/20	425	-	
Outorga Contratual	09/02/17	09/02/20	292	-	
			1.201	453	

(*) Em 3 de maio de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a bonificação de ações a razão de 10% (dez por cento), sendo 1 (uma) nova ação ordinária para cada 10 (dez) ações ordinárias possuídas nesta data. Como consequência da bonificação e para manter as bases originais acordadas no momento da outorga foram ajustadas as quantidades de ações restritas ainda não transferidas.

32.4 MOVIMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES RESTRITAS

	Quantidade (em milhares)
Opções outorgadas	472
Opções canceladas	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	453
Opções outorgadas	654
Opções canceladas	(16)
(*) Efeito bonificação de ações	110_
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.201

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa com plano de ações restritas, incluindo principal e encargos sociais, totalizou R\$ 12.089 (R\$ 3.286 em 31 de dezembro de 2016).

33 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

33.1 POLÍTICA CONTÁBIL

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, bem como o segmento de casa & decoração;
- (ii) **Produtos financeiros:** concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e a prática de operações ativas e passivas inerentes às companhias de crédito, tais como cartão bandeira, dentre outros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio do Consolidado:

	Vai	rejo	Produtos Financeiros		Tot	.aı	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Receita operacional líquida	6.600.073	5.721.757	844.232	729.821	7.444.305	6.451.578	
Custos das vendas	(2.922.882)	(2.536.630)	(22.031)	(38.453)	(2.944.913)	(2.575.083)	
Lucro bruto	3.677.191	3.185.127	822.201	691.368	4.499.392	3.876.495	
Vendas	(1.792.022)	(1.547.462)	-	-	(1.792.022)	(1.547.462)	
Gerais e administrativas	(610.734)	(521.149)	-	-	(610.734)	(521.149)	
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(255.835)	(262.203)	(255.835)	(262.203)	
Outros resultados operacionais	(130.201)	(28.674)	(234.771)	(177.898)_	(364.972)	(206.572)	
Resultado gerado pelos segmentos	1.144.234	1.087.842	331.595	251.267	1.475.829	1.339.109	
Informações Suplementares							
Depreciação e Amortização	(314.168)	(301.858)	(14.883)	(9.403)	(329.051)	(311.261)	
Plano de opção de compra de ações					(27.638)	(24.044)	
Resultado da baixa e provisão para per	das em ativos	fixos			(21.351)	(21.380)	
Participação dos administradores					(10.551)	(6.734)	
Resultado financeiro líquido					(83.101)	(103.310)	
Imposto de renda e contribuição social					(271.458)	(247.322)	
Lucro líquido do exercício					732.679	625.058	

O resultado gerado pelos segmentos apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opção de compra de ações, com a participação de administradores e com o resultado da baixa e provisão para perdas em ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a Administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração do caixa da Companhia. A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

34 RECEITAS

34.1 POLÍTICA CONTÁBIL

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas.

- i. Venda de mercadorias varejo: a Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito, ou a prazo através de cartões de terceiros, cartão Renner, ou por financiamentos concedidos via convênio com instituições financeiras ou pela controlada Realize CFI.
- ii. Vendas de produtos e serviços financeiros: a Companhia realiza operações de crediário próprio e oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos e para operações conveniadas, de acordo com a efetiva prestação dos serviços.

34.2 COMPOSIÇÃO

·	Controladora		Consolidado		
•	2017	2016	2017	2016	
Receita operacional bruta	8.425.018	7.574.366	9.603.278	8.450.085	
Vendas de mercadorias	7.963.469	7.097.174	8.687.666	7.644.642	
Produtos e serviços financeiros	461.549	477.192	915.612	805.443	
Deduções	(1.963.601)	(1.834.239)	(2.158.973)	(1.998.507)	
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.935.579)	(1.805.823)	(2.087.593)	(1.922.885)	
Impostos sobre produtos e serviços financeiros	(28.022)	(28.416)	(71.380)	(75.622)	
Receita operacional líquida	6.461.417	5.740.127	7.444.305	6.451.578	

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

35 DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza das despesas com vendas e despesas administrativas:

	Control	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016		
Pessoal	(898.454)	(773.381)	(1.004.753)	(857.382)		
Ocupação	(434.736)	(392.213)	(508.033)	(445.537)		
Serviços de terceiros	(221.775)	(179.551)	(249.746)	(200.387)		
Utilidades e serviços	(232.358)	(221.242)	(253.028)	(237.532)		
Promoções	(152.293)	(147.178)	(171.084)	(163.535)		
Outras despesas	(184.962)	(142.812)	(216.112)	(164.238)		
Total	(2.124.578)	(1.856.377)	(2.402.756)	(2.068.611)		
Classificadas como:						
Despesas com vendas						
Pessoal	(622.050)	(535.430)	(709.036)	(601.614)		
Ocupação	(404.594)	(363.608)	(474.310)	(414.211)		
Serviços de terceiros	(54.688)	(41.228)	(63.780)	(48.269)		
Utilidades e serviços	(184.526)	(178.116)	(200.841)	(190.925)		
Promoções	(152.293)	(147.178)	(171.084)	(163.535)		
Outras despesas	(152.112)	(118.049)	(172.971)	(128.908)		
	(1.570.263)	(1.383.609)	(1.792.022)	(1.547.462)		
Despesas gerais e administrativas						
Pessoal	(276.404)	(237.951)	(295.717)	(255.768)		
Ocupação	(30.142)	(28.605)	(33.723)	(31.326)		
Serviços de terceiros	(167.087)	(138.323)	(185.966)	(152.118)		
Utilidades e serviços	(47.832)	(43.126)	(52.187)	(46.607)		
Outras despesas	(32.850)	(24.763)	(43.141)	(35.330)		
	(554.315)	(472.768)	(610.734)	(521.149)		
Total	(2.124.578)	(1.856.377)	(2.402.756)	(2.068.611)		

36 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pró-labore dos administradores	(11.423)	(9.797)	(12.215)	(9.797)
Despesas tributárias	(42.150)	(37.653)	(49.520)	(43.077)
Despesas com produtos e serviços financeiros	(112.730)	(79.970)	(233.865)	(177.898)
Resultado da baixa e provisão para perdas em ativos fixos	(18.006)	(21.360)	(21.351)	(21.380)
Depreciação e amortização	(300.008)	(291.260)	(329.051)	(311.261)
Plano de opção de compra de ações	(27.638)	(24.044)	(27.638)	(24.044)
Participação dos administradores	(10.551)	(6.734)	(10.551)	(6.734)
Outras (despesas) receitas operacionais	(4.398)	17.947	(5.227)	18.233
Recuperação de créditos fiscais	6.804	50.418	13.501	53.222
Participação empregados	(72.696)	(43.318)	(77.646)	(47.255)
Total	(592.796)	(445.771)	(753.563)	(569.991)

37 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras e nos equivalentes de caixa e ganho com operações de hedge liquidadas, as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente dos juros de empréstimos, financiamentos, das debêntures e swap, e também, da perda com operações de hedge competência.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras	52.291	77.277	59.058	87.472
Rendimentos de equivalentes de caixa	50.685	59.241	53.996	67.487
Ganho com operações de hedge liquidadas	-	14.408	-	14.408
Ganho com operações de hedge competência	-	660	-	660
Variação cambial ativa	345	149	3.722	1.841
Variação monetária ativa	256	760	270	768
Outras receitas financeiras	1.005	2.059	1.070	2.308
Despesas financeiras	(132.896)	(180.917)	(142.159)	(190.782)
Juros de empréstimos, financiamentos e swap	(109.449)	(138.416)	(112.470)	(142.713)
Juros arrendamento mercantil financeiro	(8.233)	(8.184)	(8.233)	(8.184)
Perda com operações de hedge liquidadas (i)	(3.840)	(6.051)	(3.840)	(8.510)
Perda com operações de hedge competência	-	(13.484)	-	(13.484)
Variação cambial passiva	(501)	(684)	(3.407)	(1.927)
Variação monetária passiva	(2.078)	(3.349)	(2.264)	(3.328)
Outras despesas financeiras	(8.795)	(10.749)	(11.945)	(12.636)
Resultado financeiro líquido	(80.605)	(103.640)	(83.101)	(103.310)

⁽i) A Administração da Companhia revisou a efetividade dos hedges contratados e decidiu por descontinuar algumas operações, às quais não se demonstravam mais efetivas. O efeito dessa descontinuação foi uma perda de R\$ 3.840 no exercício de 2017.

38 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

Responsabilidade Civil e D&O Patrimônio e Estoque Veículos

Consolidado			
31/12/2017	31/12/2016		
98.200	88.200		
3.942.960	3.419.535		
22.850	35.208		
4.064.010	3.542.943		

39 ACORDOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES ENTRE A COMPANHIA E SEUS ADMINISTRADORES

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

Em 4 de fevereiro de 2016, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a prorrogação do contrato do Diretor Presidente da Companhia por dois anos, a contar de 1º de janeiro de 2017, conforme previsto no Termo de Ajuste de Direitos e Obrigações, firmado em 5 de março de 2014. A remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. Também foi concedida ao diretor presidente uma nova outorga de opção de compra de ações e ações restritas (vide notas explicativas nº 31 e nº 32).